

CAGED

Brasil cria 255,3 mil postos de trabalho

Os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, apontam que 255.321 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos em fevereiro. O indicador

mede a diferença entre contratações e demissões. O saldo é maior em relação a janeiro, quando o país criou 115.018 empregos. A criação de empregos caiu 42% em comparação a fevereiro do ano passado, pressionada pe-

los juros altos e pela desaceleração da economia. No mesmo mês de 2025, tinham sido criados 440.432 postos de trabalho, nos dados com ajuste, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores. **PÁGINA 2**

STF

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



Fachin fala em encerrar inquérito das fake news

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, disse ontem que a tramitação do chamado inquérito das fake news é um assunto que o preocupa. O inquérito foi aberto pela Corte em 2019, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, e ainda continua em andamento. Durante conversa com jornalistas, Fachin disse que a questão agora é discutir se chegou o momento de pensar no encerramento do inquérito. "Eu já conversei com o relator, ministro Alexandre de Moraes, tenho iniciado conversa com os demais ministros. Portanto, é um assunto que está na pauta", completou. O presidente do STF lembrou que votou pela validação do inquérito, que, segundo ele, cumpriu uma função importante para defender a democracia e combater os ataques contra o Supremo. "Esse é um assunto que me preocupa. **PÁGINA 7**

FEVEREIRO

Contas públicas têm déficit primário de R\$ 16,4 bilhões

As contas públicas fecharam o mês de fevereiro com saldo negativo, com o déficit no governo federal sendo parcialmente compensado pelo superávit nos governos regionais. O setor público consolidado - formado por União, estados, municípios e empresas estatais - registrou déficit primário de R\$ 16,4 bilhões no mês passado. Na compara-

ção com fevereiro de 2025, houve redução no saldo; naquele mês, o resultado das contas foi de R\$ 19 bilhões negativo. As estatísticas fiscais foram divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). O resultado primário representa a diferença entre as receitas e despesas, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. **PÁGINA 3**

BOLSONARO

ANTONIO AUGUSTO/STF



Moraes pede parecer da PGR sobre vídeo de Eduardo ao pai

O ministro Alexandre de Moraes (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem, que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se pronuncie sobre a declaração do ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) em que ele afirmou, durante evento nos Estados Unidos, que enviaria um vídeo ao pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A defesa de Eduardo também foi intimada a se manifestar. Jair Bolsonaro cumpre prisão domiciliar temporária e está proibido de usar celular, computador, redes sociais ou qualquer outro meio de comunicação com o exterior. Na gravação que circulou nas redes sociais, Eduardo Bolsonaro disse: "Vocês sabem por que estou fazendo esse vídeo? Porque estou mostrando para o meu pai e vou provar para todos no Brasil que você não pode barrar prendendo injustamente o líder desse movimento, Jair Messias Bolsonaro." A determinação desta terça foi inserida no processo em que Eduardo é réu por coação, acusado de pressionar o governo dos Estados Unidos a impor sanções a autoridades brasileiras. Moraes já havia intimado a defesa de Jair Bolsonaro sobre o episódio antes de acionar a PGR. **PÁGINA 7**

ORIENTE MÉDIO

Presidente do Irã exige garantias para acabar guerra

PÁGINA 8

UNIVERSIDADES

Lei acaba com lista tríplice para reitores

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, na segunda-feira passada, a Lei 15.367/2026 que muda o processo de escolha de reitores das universidades. A lei foi publicada na edição do Diário Oficial da União de ontem. A medida põe fim ao modelo da lista tríplice e estabelece que o presidente da República deverá nomear para reitoria da universidade o candidato mais votado na consulta realizada pela comunidade acadêmica. Na cerimônia de

sanção da lei, o ministro da Educação, Camilo Santana, classificou o momento como histórico aos reitores das universidades. "É o fim da lista tríplice nas nossas universidades federais para que nunca mais um reitor seja eleito e não tome posse nesse país", comemorou o ministro Camilo Santana. Há anos, a mudança era reivindicada por entidades ligadas à educação e ao movimento estudantil. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA -0,64% / 181.556,76 / -1.175,91 / Volume: 28.250.411.755 / Negócios: 3.557.257			Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-0,73% (fev.)	EURO turismo	Compra: 6,1132	Venda: 6,2932		
Mais Negociados			Majores Altas			Majores Baixas			Ufir-RJ	ICPA	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,2376	Venda: +0,13%	
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Taxa Selic	CDI	DÓLAR comercial	Compra: 5,2408	Venda: 5,2414	
PETR4	49,41	+2,89	+1,39	AZTE3	0,370	+23,33	+0,070	DASA3	2,78	-18,48	-0,63	S&P 500	6.368,85	-1,67
B3SA3	17,21	-3,15	-0,56	AZEV4	0,20	+11,11	+0,02	IFCM3	0,800	-16,67	-0,160	NASDAQ Composite	20.948,356	-2,15
RAI24	0,510	-7,27	-0,040	RCSL4	1,01	+10,99	+0,10	NORD3	2,30	-14,81	-0,40	Nasdaq 100	23.132,771	-1,93
ITUB4	41,45	-1,17	-0,49	DOTZ3	2,950	+10,90	+0,290	SYNE3	4,13	-12,13	-0,57	Euronext 100	1.707,75	-0,82
CSAN3	5,11	-2,67	-0,14	INEP3	1,40	+9,37	+0,12	BRKM5	9,05	-10,84	-1,10	CAC 40	7.701,95	-0,87

MERCADOS

Com alta de 16,35%, Bovespa tem melhor trimestre desde 2020

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em tarde de forte recuperação também em Nova York, onde os principais índices mostraram alta de até 3,83% (Nasdaq) no fechamento, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ganhou impulso para encerrar o mês e o trimestre na casa dos 187 mil pontos, no maior nível desde o dia 2 de março, então aos 189 mil. Em alta de 2,71% ontem, aos 187.461,84 pontos no fechamento, o Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou entre mínima da abertura, a 182.515,40 pontos, e máxima de 187.507,77 pontos, com giro a R\$ 37,9 bilhões.

No primeiro trimestre, o Ibovespa acumulou ganho de 16,35%, no que foi seu melhor desempenho desde o último trimestre de 2020 - lembrando que todo o ano de 2020 foi marcado pela volatilidade da pandemia de Covid-19. Considerando apenas os trimestres iniciais, foi também o melhor janeiro-março desde 1998, conforme série compilada pelo AE Dados: naquele intervalo, a variação positiva do índice ficou na casa de 57%.

Dessa forma, o desempenho deste primeiro trimestre foi mais agudo do que o de outras fortes aberturas de ano, como as de 2022, quando havia avançado 14,48% entre janeiro e março, e também o ganho dos três primeiros meses de 2016, há 10 anos, então em alta de 15,47% no mesmo intervalo.

No mês, refletindo a retomada da aversão a risco global em meio ao conflito no Oriente Médio, o Ibovespa recuou 0,7%, no que foi a sua primeira perda desde julho do ano passado, quando havia cedido 4,17% antes de o índice encadear sete meses de ganhos. No fechamento de janeiro, o Ibovespa havia chegado a 34.561,30 pontos, refletindo também a queda de 4,4% acumulada pela moeda americana frente ao real no primeiro mês do ano. Apesar do estilingue, o Ibovespa permanece longe do topo de julho de

2008, em dólar. Naquela época, convertido para a moeda americana, quase encostou nos 45 mil pontos, com o dólar girando então em torno de R\$ 2,20. Para que atinja valores similares em dólares, precisaria se aproximar dos 240 mil em termos nominais.

Assim, das 83 ações da carteira Ibovespa, apenas quatro fecharam o dia em baixa: Prio (-8,17%) e MBRF (-3,09%), além das duas ações de Petróleo (ON -1,35%, PN -2,01%), com as ações de energia afetadas em parte pela virada do petróleo na etapa vespertina, ante a perspectiva de paz no Oriente Médio. Na ponta vencedora do índice, Natura (+12,99%), Magazine Luiza (+9,62%), B3 (+7,98%) e Cosan (+6,11%).

Entre os bancos, os ganhos da sessão chegaram a 4,52% no principal papel do segmento, Itaú PN, no fechamento. Principal papel do Ibovespa, Vale ON encerrou a sessão em alta de 3,75%.

DÓLAR

O dólar aprofundou as perdas ao longo da tarde e furou o piso de R\$ 5,20 ontem, com o aumento do apetite ao risco no exterior diante de expectativas crescentes em torno do fim do conflito no Oriente Médio.

As cotações do petróleo, que rondavam a estabilidade no fim da manhã, passaram a operar em terreno negativo, embora tenham se mantido acima da marca de US\$ 100 o barril.

Por aqui, o dólar à vista terminou o dia em baixa de 1,32%, a R\$ 5,1786, na mínima da sessão. Trata-se do menor valor de fechamento desde o último dia 11 (R\$ 5,1593). Depois de perdas de 2,16% em fevereiro, a moeda americana acumulou alta de 0,87% em março, mas encerrou bem longe do pico de fechamento do mês, no dia 13 (R\$ 5,3163). No ano, o dólar recua 5,65% em relação ao real, que apresentou o melhor desempenho no primeiro trimestre entre as principais moedas globais.

CAGED

Brasil cria 255,3 mil postos de trabalho em fevereiro

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, apontam que 255.321 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos em fevereiro. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

O saldo é maior em relação a janeiro, quando o país criou 115.018 empregos.

A criação de empregos caiu 42% em comparação a fevereiro do ano passado, pressionada pelos juros altos e pela desaceleração da economia. No mesmo mês de 2025, tinham sido criados 440.432 postos de trabalho, nos dados com ajuste, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores.

Em relação aos meses de fevereiro desde 2020, esse é o terceiro resultado mais baixo da série, só perdendo para o mesmo mês de 2020 (+217,329 postos) e de 2023 (+252.480 postos). A

mudança da metodologia impede a comparação com anos anteriores a 2020.

ACUMULADO

Em janeiro e fevereiro, o Caged registrou queda de 37,8% no acumulado de vagas formais. Foram 370.339 nos dois primeiros meses de 2026 contra 594.953 no mesmo período de 2025.

Os dados trazem ajustes, quando o Ministério do Trabalho registra declarações entregues fora do prazo pelos empregadores e retifica os dados de meses anteriores.

SETORES

Na divisão por ramos de atividade, todos os cinco setores pesquisados criaram empregos formais em fevereiro.

- Serviços: 177.953 postos
- Indústria (de transformação, de extração e de outros tipos): 32.027
- Construção civil: 31.099
- Agropecuária: 8.123
- Comércio: 6.127

Tradicionalmente, o mês de fevereiro é fraco para o comércio, que se recupera dos fins dos contratos temporários no Natal.

DESTAQUES

Nos serviços, a criação de empregos foi puxada pelo segmento de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, com a abertura de 79.788 postos formais. A categoria de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas abriu 48.132 vagas.

Na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que contratou 29.029 trabalhadores a mais do que demitiu. Em segundo lugar, ficou o segmento de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, que abriu 1.626 vagas. A indústria extrativa abriu 1.199 vagas em fevereiro

REGIÕES E ESTADOS

Todas as cinco regiões regis-

traram abertura de vagas formais em fevereiro.

Veja abaixo o desempenho de cada região:

- Sudeste: 133.052 postos
- Sul: 67.718
- Centro-Oeste: 32.328
- Nordeste: 11.629
- Norte: 10.634

Na divisão por unidades da Federação, 24 registraram saldo positivo e três demitiram mais do que contrataram. Os destaques na criação de empregos foram em São Paulo (+95.896 postos); Rio Grande do Sul (+24.392) e Minas Gerais (+22.874).

Os estados que eliminaram empregos formais em fevereiro foram Alagoas (-3.023), Rio Grande do Norte (-2.221) e Paraíba (-1.186);

CARTEIRA ASSINADA

Com a criação de empregos formais, o número de trabalhadores com carteira assinada encerrou fevereiro em 48.837.602, alta de 0,53% em relação a janeiro e de 2,19% em relação ao mesmo mês do ano passado.

AGENDA INSTITUCIONAL

CNC pressiona Hugo Motta contra o fim da escala de trabalho 6X1

VICTOR OHANA/AE

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) entregou a sua agenda institucional para 2026 ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), durante um almoço realizado em Brasília, ontem. No documento, a entidade se manifesta como "divergente" à proposta de emenda à Constituição (PEC) que dá fim à escala 6x1.

De acordo com o material, a CNC sustenta que a aplicação uniforme da alteração no regime de trabalho desconsidera a

realidade de atividades como o comércio, o turismo, a hospitalidade, a logística e o entretenimento, setores que demandam funcionamento contínuo, horários estendidos e escalas diferenciadas.

Para a Confederação, a negociação coletiva é o instrumento mais adequado para o ajuste das jornadas de trabalho. "A CNC defende que a negociação coletiva já permite ajustes de jornada, respeitando a realidade de cada setor, as especificidades regionais e os limites constitucionais", diz a entidade, no documento.

A organização prossegue: "Fi-

xar a redução de forma universal e compulsória poderia gerar insegurança jurídica, impactos negativos em micro e pequenas empresas e desconsiderar instrumentos coletivos já estabelecidos". O texto acrescenta: "Além disso, retiraria dos sindicatos sua prerrogativa constitucional de participação nas negociações coletivas, prejudicando a cooperação entre trabalhadores e empregadores."

O fim da escala 6x1 está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Em seguida, Motta deve instalar uma comissão especial para analisar o mérito da proposta.

De acordo com o presidente da Câmara, a matéria deve ser submetida a votação no plenário em maio.

A agenda institucional da CNC também inclui posicionamentos da entidade sobre outros temas. A Confederação diz, por exemplo, ser favorável à reforma administrativa, à ampliação do limite de faturamento dos Microempreendedores Individuais (MEIs), à atualização do Simples Nacional, entre outros.

Motta havia sido convidado para um evento da CNC na semana passada para receber o documento, mas acabou não comparecendo.

GÁS

Refinaria de Mataripe, na Bahia, confirma alta de 15,3% para GLP

DENISE LUNA/AE

A Refinaria de Mataripe, na Bahia, confirmou ontem, que o reajuste do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) será de 15,3% para as distribuidoras a partir de hoje.

Segundo a Acelen, que controla Mataripe, "os preços dos produtos seguem critérios de mercado, considerando variáveis como custo do petróleo, que é adquirido a preços internacionais, dólar e frete, podendo variar para cima ou para baixo".

Ao contrário da Petrobras, a Acelen pratica a política de paridade de importação (PPI) e está com os preços mais em linha com o mercado interna-

cional do que a estatal. A partir de hoje o querosene de aviação (QAV) será reajustado em 54%.

Mataripe reajustou seis vezes o diesel este mês e a quatro vezes a gasolina, acompanhando a volatilidade do preço do petróleo e seus derivados por conta da guerra entre Estados Unidos e Irã. O diesel acumula alta de 85,4% e a gasolina, de 55,5% no mês.

Com os reajustes, os produtos da empresa registram defasagens de 4% em relação ao mercado internacional, enquanto na média das refinarias da Petrobras essa defasagem é de 73% e 66%, respectivamente.

CONCESSÃO

EcoRodovias arremata Rotas Gerais no 1º leilão rodoviário federal de 2026

ELISA CALMON/AE

A EcoRodovias arrematou a concessão da Rotas Gerais (BR-116/251/MG) no primeiro leilão rodoviário federal de 2026. A empresa ofertou um desconto de 19% em relação à tarifa básica de pedágio e desbancou a Monte Rodovias e o Consórcio Atlas Rodovias, da Yvy Capital. O leilão foi promovido na sede da Bovespa, em São Paulo.

A concessão da Rota das Gerais soma quase 735 quilômetros, conectando o norte de Minas Gerais ao sul da Bahia ao longo de 26 municípios. A previsão é de cerca de R\$ 13,1 bilhões em investimentos ao longo de 30 anos de contrato, sendo R\$ 7,3 bilhões em obras (capex).

A EcoRodovias era o nome mais consolidado entre as concorrentes. A empresa opera 11

concessões em sete estados brasileiros, somando 4,3 mil quilômetros de rodovias no portfólio.

Já a Yvy Capital, fundada por Paulo Guedes, ex-ministro da Economia, e Gustavo Monteza, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), buscava estreitar no segmento. A gestora, que participou do leilão em parceria com a Pavidez Engenharia, criou, no início deste ano, o fundo Atlas para focar em rodovias de médio porte.

O primeiro lance apresentado pela EcoRodovias representava um desconto de 13,5% em relação à tarifa básica de pedágio estipulada em R\$ 0,12644/km para pista simples e R\$ 0,17702/km para pista dupla, segundo data base de abril de 2023. Contudo, a ganhadora precisou elevar a oferta durante disputa a viva-voz

com o consórcio Atlas Rodovias, após mais de 50 lances.

A Monte Rodovias, que ofereceu 0,01% de desconto na primeira etapa. Com isso, ficou de fora da disputa a viva-voz. Criada em julho de 2020, a empresa soma quatro concessões rodoviárias no Nordeste.

A GANHADORA

A concessão arrematada nesta terça-feira tem total sinergia com a malha atual da EcoRodovias, segundo o CEO da companhia, Marcello Guidotti. "A integração com as nossas concessionárias Ecovias Norte Minas e Ecovias Rio Minas permite que a gente otimize a operação deste novo ativo e, até mesmo, algumas frentes de obras", afirmou o executivo.

Em junho passado, a EcoRodovias manteve a operação da

Eco101 (BR 101) no trecho entre Espírito Santo e Bahia, após ser a única concorrente no leilão de repactuação. Em novembro de 2024, conquistou a concessão rodoviária paulista do Lote Nova Raposo, que engloba 92 quilômetros de trechos das rodovias Raposo Tavares, Castelo Branco e SP-029.

Entre as obras a serem executadas pela EcoRodovias na Rotas Gerais estão a implantação de duplicações, faixas adicionais, vias marginais, contornos, passarelas de pedestres e dois Pontos de Parada e Descanso (PPDs).

A AGENDA DE LEILÕES

Este é o primeiro de 13 leilões rodoviários previstos pelo Ministério dos Transportes para este ano, sendo sete novas concessões e seis otimizações de contratos já existentes.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-ClaroRua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

FEVEREIRO

Contas públicas têm déficit primário de R\$ 16,4 bilhões

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

As contas públicas fecharam o mês de fevereiro com saldo negativo, com o déficit no governo federal sendo parcialmente compensado pelo superávit nos governos regionais. O setor público consolidado - formado por União, estados, municípios e empresas estatais - registrou déficit primário de R\$ 16,4 bilhões no mês passado.

Na comparação com fevereiro de 2025, houve redução no saldo; naquele mês, o resultado das contas foi de R\$ 19 bilhões negativo.

As estatísticas fiscais foram divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). O resultado primário representa a diferença entre as receitas e despesas, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Em 12 meses encerrados em fevereiro, o setor público consolidado foi deficitário em R\$ 52,8 bilhões, 0,41% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e

serviços produzidos no país).

Em 2025, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário de R\$ 55 bilhões, 0,43% do PIB.

NÍVEIS DE GOVERNO

Pressionado por gastos com o Programa Pé-de-Meia e reajustes ao funcionalismo público, em fevereiro último, a conta do Governo Central teve déficit primário de R\$ 29,5 bilhões ante resultado negativo de R\$ 28,5 bilhões em fevereiro de 2025.

O montante difere do resultado divulgado na segunda-feira passada pelo Tesouro Nacional, de déficit de R\$ 30 bilhões, porque o BC usa uma metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.

Os governos regionais - estaduais e municipais - tiveram resultado positivo de R\$ 13,7 bilhão em fevereiro passado contra R\$ 9,2 bilhões no mesmo mês de 2025, compensando parcialmente o déficit das contas públicas.

Em sentido contrário, as

empresas estatais federais, estaduais e municipais - excluídas dos grupos Petrobras e Eletrobras - contribuíram para a aumentar do déficit das contas consolidadas, com o resultado negativo de R\$ 568 milhões em fevereiro. No mesmo mês de 2025, houve superávit de R\$ 299 milhões nessas entidades.

Os gastos com juros ficaram em R\$ 84,2 bilhões no mês passado. Com isso, o resultado nominal das contas públicas - formado pelo resultado primário e os juros - caiu, na comparação interanual. No mês de fevereiro, o déficit nominal ficou em R\$ 100,6 bilhões contra o resultado negativo de R\$ 97,2 bilhões em igual mês de 2025.

Em 12 meses encerrados em fevereiro, o setor público acumula déficit R\$ 1,1 trilhão, ou 8,48% do PIB. O resultado nominal é levado em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o endividamento de um país, indicador observado por investidores.

DÍVIDA PÚBLICA

A dívida líquida do setor público - balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R\$ 8,4 trilhões em fevereiro, o que corresponde a 65,5% do PIB, aumento de 0,5 ponto percentual do PIB no mês.

O aumento se deve ao déficit primário do mês, aos juros nominais apropriados e à apreciação cambial de 1,5% em fevereiro, compensados pela variação do PIB nominal e por demais ajustes da dívida externa líquida. Como o país é credor em moeda estrangeira, um aumento do dólar significa aumento da dívida líquida.

No mês passado, a dívida bruta do governo geral (DBGG) - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R\$ 10,2 trilhões ou 79,2%, aumento de 0,5 ponto percentual do PIB observado no mês anterior.

Assim como o resultado nominal, a dívida bruta é usada para traçar comparações internacionais.

COMBUSTÍVEL

MP da subvenção de R\$ 1,20 no diesel sai esta semana, diz Durigan

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Ministério da Fazenda deve publicar ainda nesta semana a medida provisória que cria um subsídio ao diesel importado, com desconto de R\$ 1,20 por litro. A informação foi confirmada ontem pelo ministro Dario Durigan, que afirmou que o governo tenta garantir a adesão de todos os estados antes da publicação.

"Eu ainda aguardo que eles adiram para que todo mundo participe", disse o ministro, ao comentar que dois ou três estados ainda resistem à proposta.

BUSCA POR CONSENSO

Apesar da tentativa de unanimidade, Durigan destacou que a medida não depende da adesão total dos governadores para entrar em vigor.

"Eu gostaria que tivesse unanimidade para que a gente fizesse o quanto antes, sem qualquer tipo de ruído ou de questionamento. Mas ainda que busquemos unanimidade, a gente não precisa de unanimidade", afirmou.

Segundo o ministro, o governo está próximo de alcançar consenso entre os estados, após negociações conduzidas nos últimos dias.

DIVISÃO CUSTOS

A proposta prevê que o custo total de R\$ 3 bilhões, ao longo de dois meses, seja dividido igualmente entre a União e os estados. Cada ente - União e estado - arcará com R\$ 0,60 por litro subsidiado.

A iniciativa tem como objetivo conter a alta dos combustíveis e evitar riscos de desabastecimento, diante da defasagem entre os preços internos e o mercado internacional.

MEDIDA TEMPORÁRIA

O subsídio deve valer entre abril e maio e foi desenhado como resposta aos impactos da alta do petróleo, influenciada por tensões no Oriente Médio.

Segundo Durigan, há entendimento entre os governadores de que a ação é pontual. "Os governadores entenderam que é uma medida limitada e temporária", disse.

PRESSÃO EXTERNA

O aumento dos preços dos combustíveis está ligado ao

cenário internacional, especialmente aos conflitos no Oriente Médio, que elevaram o valor do barril de petróleo e pressionaram os custos no Brasil.

Nesse contexto, o governo federal busca alternativas emergenciais para reduzir os impactos sobre consumidores e setores produtivos.

INADIMPLÊNCIA

Durigan também comentou as medidas para reduzir a inadimplência em estudo pelo governo. Ele disse ter recebido um diagnóstico da Federação Brasi-

leira de Bancos (Febraban) sobre onde está a maior parte do endividamento da população e disse que está se reunindo com outros ministérios para definir um pacote de ajuda.

Segundo o ministro, ainda não há data para o lançamento das medidas porque os estudos estão em fase inicial. Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu a Durigan um conjunto de ações para diminuir a inadimplência no país.

De acordo com os números mais recentes do Banco Central (BC), o endividamento das fa-

mílias brasileiras atingiu 49,7% da renda anual em janeiro, próximo do recorde de 49,9% registrado em julho de 2022. O indicador compara a dívida total de um lar com a renda da família em um ano.

A parcela da renda das famílias comprometida com as instituições financeiras subiu de 26,9% em dezembro para 27,1% em janeiro. O indicador mede o quanto da renda mensal as famílias usam para pagar as parcelas.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO

Siprosim - CM Sindicato dos Profissionais Servidores Públicos do Município de Cachoeiras de Macacu - RJ. Nos termos do estatuto em vigor, com registro no Cartório do 2º Ofício de Cachoeiras de Macacu - RJ, com base nos artigos 14 e 1, ficam CONVOCADOS os servidores públicos desta municipalidade, associados ao SIPROSE CM, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem as chapas para eleição da Diretoria para o quadriênio do período de 2026 - 2030. Após término dos prazos haverá eleição e posse da nova Diretoria. A Assembleia será realizada dia 10 de Julho de 2026 na Rua Romeu Caetano Guida nº 59 (Sede da OAB) Bairro Campo do Prado, no município de Cachoeiras de Macacu - RJ CEP 28.681-320. **ELIEZER CUSTÓDIO** - Presidente Comissão Eleitoral, **DELICIO BARROSO** - Suplente Comissão Eleitoral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O SINDEERH-RJ - Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco nº 156, 32º andar, sala 3229, Edifício Central, Centro/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 17.382.538/0001-00, por seu Presidente, Sr. Lindenber Barbosa da Silva, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os empregados da empresa MGS CLEAN SOLUCOES E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.088.605/0001-04, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 09/04/2026, às 11h, em primeira convocação, e às 13h, em segunda e última convocação, na sede do sindicato, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) discussão e aprovação da pauta de reivindicações; b) autorização para celebração de Acordo Coletivo de Trabalho; c) concessão de poderes à diretoria para negociação e assinatura do instrumento coletivo; d) fixação de contribuição assistencial e oposição; e) assuntos gerais.

FAMI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 42.152.763/0001-06 - NIRE 33.3.0034236-2
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam convocados os senhores acionistas da **FAMI PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), no dia 07 de abril de 2026, às 11h, a ser realizada de forma presencial, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Atlântica, nº 1.130, ENT N. 1, 16º andar, SUP. CL. 80.648, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.021-000, para deliberarem sobre (i) a conversão de parte ações ordinárias em ações preferenciais; (ii) a alteração do *caput* do Artigo Quinto do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia.
Rio de Janeiro/RJ, 28 de março de 2026.
Samy Botzman
Presidente do Conselho de Administração.

GOVERNO DO BRASIL
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.018/2026

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.018/2026 no dia 16/04/2026 às 11h00min. - Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, de natureza continuada, a fim de atender necessidades institucionais a serem gerenciadas pelas Áreas Assistenciais, Ensino e Pesquisa e de Comunicação Social do INC. Processo nº. 33409.009071/2024-10. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

GOVERNO DO BRASIL
BANCO CENTRAL DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA DO RIO DE JANEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico ADRJA nº 90015/2026

Processo 274877. Abertura: 22/4/2026, às 14h00. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos caracterizados como solução integrada para o processamento de cédulas do Padrão Monetário Brasileiro com a utilização de equipamentos de seleção automatizada de cédulas e mão de obra nas dependências dos Centros de Processamento do Banco Central do Brasil, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Obtenção do Edital: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/licitacoes>. Informações: comlicit.adrja@bcb.gov.br.

Leticia Martins Assreuy Valle
Pregoeira

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA CNC SESC E SENAC ADMINISTRAÇÕES NACIONAIS LTDA.
CNPJ Nº 30.304.919/0001-30 - NIRE JUCERJA Nº 33400000021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Diretor Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CNC Sesc e Senac Administrações Nacionais Ltda., no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca seus 11 delegados, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 27 de abril de 2026. A assembleia será realizada de forma virtual, por meio da ferramenta de reunião on-line Teams, cujo link de acesso será disponibilizado por e-mail e Whatsapp. A primeira convocação será às 10 horas com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados; a segunda convocação será às 11 horas, com a presença de metade mais um dos delegados; e a terceira convocação às 13 horas, com a presença mínima de 10 (dez) delegados, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia: **Ordem do dia da AGO:** I- Prestação de contas do exercício de 2025, compreendendo relatório de gestão, demonstrativos de sobras e parecer do conselho fiscal; II- Distribuição das sobras apuradas e rateio; III- Aplicação e Uso do FATES; IV- Aprovação do Regulamento da Auditoria Interna; V- Aprovação referente à atualização das políticas: Política de RH, Política de Risco, Política de Crédito, Política de Viagem, Política de Sucessão e Política de Gestão de Tecnologia da Informação e Segurança Cibernética; VI - Aprovação da Política de Qualidade das Informações Prestadas ao BC, conforme Resolução Conjunta Nº18, de 28 de novembro de 2025. VII- Eleição dos membros do Conselho Fiscal; VIII - Assuntos de interesse geral. Rio de Janeiro, 01 de abril de 2026.

ANTONIO GILMAR MARTINS VIANA

LIG TENHA - COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO E CONSUMO DOS PROFISSIONAIS AUTONOMOS DO MUNICÍPIO DE NITERÓI LTDA
CNPJ/MF Nº 04315920/0001-50 - NIRE Nº 3340003762-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente COOPERATIVA LIG TENHA TAXI, no uso de suas atribuições, convoca todo o seu quadro social para reunir-se em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 11 de abril de 2026, no SGA Toyota - Niterói, na Estr. Francisco da Cruz Nunes, 2800 - LT 005ª - Piratininga, Niterói - RJ, com a 1ª convocação às 07:00 h, com presença de 2/3 de associados; com 2ª convocação às 08:00 h, com a presença de metade mais um dos associados e em 3ª e última convocação às 09:00 h com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - Prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) Relatório de gestão; b) Balanço Patrimonial; c) Demonstrativo das sobras e perdas apuradas e parecer do conselho fiscal. II - Destinação das sobras ou rateios das perdas apuradas; III - Eleição dos membros do Conselho Fiscal; IV - Eleição dos membros do Conselho de Ética e Disciplina.; VI - Alteração no Regulamento do FRV para reajuste dos valores; VII - Reforma do Regulamento Interno para atualização das penas de infrações disciplinares. As inscrições dos candidatos do CF e CED, individualmente, se darão entre os dias 01 a 06/04/2026, no horário de 09:00 às 17:00 horas na Secretaria da Cooperativa, devendo as impugnações serem apresentadas no dia 07/04 e os seus julgamentos ocorrerem até o dia 08/04. Será concedido o prazo até 09/04, para o cumprimento das exigências pelos candidatos, sendo vedada a substituição dos candidatos ao CF e do CED. Em caso de não cumpridas às exigências os candidatos serão considerados inaptos e consequentemente excluídos do processo eleitoral. A relação com os candidatos aptos ao pleito será divulgada até o dia 01/03/2024. Caso não sejam inscritos candidatos suficientes para ocupar os cargos nos Conselhos o plenário da Assembleia deliberará a forma de seu preenchimento. Somente os cooperados em dia com suas obrigações para com a LIG TENHA TAXI poderão exercer o seu direito de voto. O pagamento das referidas obrigações poderão ser comprovadas até as 17:00 h do dia 09/04/2026, não sendo consideradas as comprovações feitas após este período. Niterói, 1º de março de 2026.

CRISTIANO TEIXEIRA COUTINHO
Presidente da LIG TENHA TAXI

MRS LOGÍSTICA S.A.
CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Edital de Convocação e Aviso aos Acionistas: Ficam convocados os Senhores acionistas da MRS LOGÍSTICA S.A. ("Companhia"), na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 11 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma "Microsoft Teams", nos termos do artigo 28 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81/2022"), a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: **Em Primeira Convocação: Em Assembleia Geral Ordinária:** (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (2) Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; (3) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como sobre a distribuição de dividendos, a aprovação de orçamento de capital para o exercício social de 2026 e sobre a retenção de parcela de lucros, conforme proposta dos órgãos da administração, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76; (4) Fixar a remuneração global dos administradores para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2026; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (5) Eleição de 2 (dois) membros para o Conselho de Administração da Companhia, em substituição aos ex-Conselheiros que renunciaram aos seus cargos, para exercerem o cargo até o término do mandato dos membros substituídos; (6) Deliberar sobre a celebração de contrato com parte relacionada, nos termos do artigo 122, x, da Lei 6.404/76, para Prestação de Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas e Eventuais Operações Acessórias a ser celebrado com Vale S.A.; (7) Deliberar sobre a celebração do 8º Termo Aditivo de contrato com parte relacionada, nos termos do artigo 122, x, da Lei 6.404/76 para Prestação de Serviços de Transporte Ferroviário de Carga e Serviços Acessórios a ser celebrado com CSN Mineração S.A.; (8) Autorizar que os Administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação da celebração dos contratos listados nos itens (6) e (7) acima, bem como autorizar o Conselho de Administração a celebrar exclusivamente eventuais aditivos que não alterem substancialmente o objeto, as condições econômicas ou os demais elementos essenciais dos referidos contratos, nos termos dos critérios previamente estabelecidos; **Em Segunda Convocação: Em Assembleia Geral Extraordinária:** (9) Deliberar sobre a Proposta de alteração do objeto social da Companhia para melhor adequação das atividades existentes e inclusão de novas atividades, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social; e (10) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, caso aprovada a proposta do item (9) acima. **Instruções Gerais:** A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede à Praia de Botafogo, nº 228 - sala 707 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.mrs.com.br>), bem como nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 80/2022 e pela Resolução CVM nº 81/2022 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia Geral. Para participarem da Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: a) Pessoas Físicas: Documento de identidade. b) Pessoa Jurídica: Estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação (eleição de administradores ou procuração, neste caso, observado o disposto no item "c" abaixo); documento de identidade do(s) representante(s) legal(is). c) Procuradores: O acionista pessoa física pode ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do parágrafo 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. O acionista pessoa jurídica pode ser representado na Assembleia por seus representantes legais ou mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Caso o acionista seja representado por procurador, além dos documentos mencionados nos itens "a" ou "b" acima, conforme aplicável, deverá apresentar instrumento de mandato com poderes especiais e firma reconhecida e documento de identidade do procurador. d) Acionistas estrangeiros: os acionistas estrangeiros deverão apresentar os documentos constantes dos itens "a" ou "b" acima, conforme aplicável, sendo que estes devem ser notariados, consularizados no Consulado brasileiro do país de origem, ou apostilados, conforme aplicável, e traduzidos por tradutor juramentado. Os acionistas poderão exercer o voto à distância nesta Assembleia Geral, por meio do preenchimento e entrega, até o dia 26 de abril de 2026 (inclusive), do boletim de voto à distância ("Boletim"), disponibilizado nesta data, 31 de março de 2026. O acionista poderá enviar o Boletim, dentro do prazo informado, para: 1) a Companhia; 2) o escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja, o Banco Bradesco S.A.; 3) seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou 4) o depositário central no qual as ações estão depositadas. As orientações e procedimentos para o preenchimento e entrega do Boletim podem ser verificados no próprio Boletim, disponibilizado pela Companhia, nesta data. Os acionistas que tiverem interesse em participar da Assembleia Geral exclusivamente digital deverão manifestar tal interesse e enviar os documentos e comprovantes de que trata o art. 126 da Lei nº 6.404/76, até o dia 28 de abril de 2026, isto é - 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/2022, por meio do endereço eletrônico ago@mrs.com.br, devendo indicar o endereço eletrônico (e-mail) para o qual deve ser enviado o link que permitirá o acesso ao sistema para participação na Assembleia. Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na assembleia digital ou não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na Assembleia. Tendo em vista a Resolução CVM nº 81/2022 e a Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo necessário para que seja adotado o processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração na Assembleia é de 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto. A faculdade deve ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, ou seja, até às 11:00 horas do dia 28 de abril de 2026, horário de Brasília, conforme o §1º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76. Em cumprimento ao disposto no artigo 5º, §4º, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia esclarece que a escolha do formato para a realização da Assembleia Geral considerou diversos fatores relevantes, incluindo os níveis históricos de presença e engajamento dos acionistas, que têm se mostrado satisfatórios e compatíveis com a dinâmica da Companhia. Além disso, buscou-se um equilíbrio entre os custos de realização da Assembleia e os custos que os acionistas eventualmente teriam para participar, garantindo a viabilidade econômica do evento sem comprometer a acessibilidade e a efetiva participação dos interessados. Por fim, a decisão está alinhada com as práticas predominantes no mercado, reforçando o compromisso da Companhia com a adoção de modelos eficientes e aderentes às expectativas dos seus acionistas. As informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os acionistas possam participar e votar à distância na Assembleia, incluindo informações para acesso e utilização do sistema por meio do qual será realizada a Assembleia estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.mrs.com.br> / Rio de Janeiro, 31 de março de 2026. Luis Fernando Barbosa Martinez - Presidente do Conselho de Administração

LEMAJ ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS S.A.

CNPJ Nº 10.520.561/0001-75

DFs. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Relatório da Administração: Srs. Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Lemaj Administração de Bens Próprios S/A, submeteu à apreciação de V. Sas. o presente Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31/12/25. **1. Contexto e Atividades da Cia.:** A Cia. tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, a administração e compra e venda de bens imóveis próprios. Durante o exercício de 2025, a Cia. concentrou suas atividades na exploração de seu objeto social. **2. Situação Econômico-Financeira:** A Cia. fechou o exercício de 2025 com Patrimônio Líquido positivo, tendo apurado lucro no exercício devido principalmente aos ganhos obtidos, por equivalência patrimonial, de sua controlada, Trimak Engenharia e Comércio S/A. **3. Perspectivas:** Para o exercício de 2026, a Administração permanecerá dedicada ao fortalecimento das atividades da Cia. **4. Agradecimentos:** A Administração agradece a confiança de seus acionistas, renovando o compromisso com a gestão prudente e transparente dos negócios sociais. RJ, 23/03/26. A Administração. (Emily Azevedo Darwich).

Balancos patrimoniais em 31/12/25 e 2024				Demonstrações dos resultados				Demonstrações dos fluxos de caixa						
Ativo	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Circulante	22.587	5.759	249.263	221.725										
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.858	5.425	206.247	12	3.433	3.076	204.683	195.815		31.862	35.213	83.688	87.113
Contas a receber de clientes	5	397	295	30.513	13	(1.434)	(941)	(105.226)	(82.019)		1.332	322	36.039	27.338
Estoques	6	-	-	9.238							-	-	2.159	5.068
Despesas antecipadas		-	-	954		1.999	2.135	99.457	113.796		-	-	9.029	8.065
Adiantamentos a fornecedores		-	-	989	14	(1.484)	(205)	(23.059)	(22.155)		1.256	-	900	(76)
Tributos a recuperar	6	332	39	1.169							-	-	2.695	-
Depósitos judiciais		-	-	153		(240)	(159)	(18.280)	(16.286)		-	-	286	270
Não circulante	227.320	212.395	218.366	202.905							(30.357)	(32.886)	-	-
Partes relacionadas	17	49.164	8.818	-		30.357	32.886	-	-		4.093	2.649	134.796	127.778
Investimentos	7	148.598	172.687	-										
Imobilizado	8	29.558	30.890	218.366	14	68	-	946	(719)					
Total do ativo	249.907	218.154	467.629	424.630		28.701	32.522	(40.648)	(39.319)					
Passivo	249.907	218.154	467.629	424.630										
Circulante	1.994	420	64.492	47.604		30.700	34.657	58.809	74.477					
Fornecedores	9	164	281	38.174	15	1.162	556	24.879	12.636					
Empréstimos e financiamentos		-	-	1.007										
Obrigações fiscais	10	1.795	110	18.008		31.862	35.213	83.688	87.113					
Obrigações sociais e trabalhistas		21	21	5.384	16	(2.945)	(480)	(28.541)	(30.458)					
Adiantamento de clientes		-	-	574		28.917	34.733	55.147	56.655					
Outros		14	8	1.919										
Não circulante	99.874	39.592	156.033	83.759										
Fornecedores	9	-	-	6.418				28.917	34.733					
Empréstimos e financiamentos		-	-	278				26.230	21.922					
Dividendos a pagar	11	67.268	8.248	99.560										
Juros de capital próprio a pagar		-	-	4.128										
Partes relacionadas	17	31.350	31.344	31.350										
Provisão para contingências		1.256	14.299	13.399										
Patrimônio líquido	148.039	178.142	148.039	178.142										
Capital social	11	30.000	30.000	30.000										
Transação de capital com sócio		92.779	92.779	92.779										
Reservas de lucros		25.260	55.363	25.260										
Participação de não controladores		-	-	99.065										
Total do patrimônio líquido	148.039	178.142	247.104	293.267										
Total do passivo e patrimônio líquido	249.907	218.154	467.629	424.630										

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido						
Capital social	Transação de capital com sócio	Reserva de lucros			Participação de não controladores	Total
		legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31/12/23	30.000	92.776	1.475	27.403	151.654	250.060
Transação entre acionistas	-	3	-	-	3	3
Lucro líquido do exercício	-	-	-	34.733	34.733	56.655
Constituição de reserva legal	-	-	1.737	(1.737)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(8.248)	(8.248)	(13.451)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	24.748	(24.748)	-
Saldos em 31/12/24	30.000	92.779	3.212	52.151	178.142	293.267
Dividendos declarados sobre lucros retidos	-	-	-	(52.151)	(52.151)	(52.151)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	28.917	28.917	55.147
Constituição de reserva legal	-	-	1.466	(1.466)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6.869)	(6.869)	(49.159)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	20.582	(20.582)	-
Saldos em 31/12/25	30.000	92.779	4.678	20.582	148.039	247.104

Notas explicativas: **1. Contexto operacional:** A Lemaj Administração de Bens Próprios S.A. ("Cia.") é uma S.A., com sede na Rua Lauro Muller, 116/1.502, Botafogo, RJ/RJ, que tem como objeto social a participação em outras sociedades, de qualquer natureza, na qualidade de sócia ou acionista, atuando como "holding", bem como a administração de bens próprios. A Cia. é controladora da Trimak Engenharia e Comércio S.A. ("Trimak"), empresa que atua na atividade de venda e locação de máquinas e equipamentos principalmente para os setores de infraestrutura e mineração, prestando também serviços de assistência técnica, treinamento e planejamento técnico. **2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras:** **2.1. Base de preparação:** As DFs. individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do CPC aprovados pelo CFC. As DFs. individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DFs. individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DFs. individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação pelas operações, ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, provisão para perdas de estoque, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas DFs. individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cia. revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As DFs. individuais e consolidadas são apresentadas em Real, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores estão demonstrados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As DFs. individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das DFs. individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. A emissão das DFs. individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Cia. em 17/03/26. Todas as informações relevantes próprias das DFs., e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas DFs. individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.2.1. Reclassificação de saldos comparativos do exercício findo em 31/12/24.** Com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" a Cia. procedeu à reclassificação de saldos do balanço patrimonial e da demonstração do resultado de 31/12/24, com o objetivo de adequada comparabilidade com as DFs. de 31/12/25. Abaixo o quadro descritivo dos valores reapresentados: **Balanco patrimonial consolidado:**

	31/12/24	31/12/24	31/12/24
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
Ativo			
Circulante			
Estoques	11.066	(4.928)	6.138
Outros ativos circulantes	215.587	-	215.587
	226.653	(4.928)	221.725
Não circulante			
Imobilizado	197.977	4.928	202.905
Total do ativo	424.630	-	424.630
Passivo			
Total circulante	47.604	-	47.604
Total não circulante	83.759	-	83.759
Patrimônio líquido	293.267	-	293.267
Total do passivo e patrimônio líquido	424.630	-	424.630

Demonstração do resultado:	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/24	31/12/24	31/12/24
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Originalmente apresentado	Reclassificação
Receita líquida de vendas e serviços	3.076	-	3.076	-
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	-	(941)	(941)	-
Lucro bruto	3.076	(941)	2.135	(941)
Despesas gerais, administrativas e com vendas	(824)	619	(205)	619
Despesas com pessoal	(159)	-	(159)	-
Despesas de depreciação/amortização	(322)	322	-	(322)
Equivalência patrimonial	32.886	-	32.886	-
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	-	-	(719)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	34.657	-	34.657	-
Resultado financeiro, líquido	556	-	556	-
Lucro antes do IR e da contribuição social	35.213	-	35.213	-
IR e contribuição social	(480)	-	(480)	-
Lucro líquido do exercício	34.733	-	34.733	-

2.2.2. Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros:** a) Classificação e mensuração. Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. b) Redução ao valor recuperável: O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, caso em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. c) Desreconhecimento (baixa). Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem. • A Cia. transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Cia. transferir substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Cia. não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo. Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Cia. com o ativo. **Passivos financeiros:** a) Classificação e mensuração: Os principais passivos financeiros do Grupo são contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, adiantamentos de clientes, dividendos a pagar, juros sobre capital próprio e outras contas a pagar. Estes foram classificados como "outros passivos financeiros", sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação. Estes passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base na taxa efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período em questão. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados pela vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) por um período menor de tempo, para o valor contábil líquido no reconhecimento inicial. b) Desreconhecimento (baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realisar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **2.2.4. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Quando necessário o saldo de contas a receber é corrigido pela provisão para crédito de liquidação duvidosa. **2.2.5. Estoques:** Os estoques são demonstrados e valorizados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. **2.2.6. Imobilizado:** O imobilizado é apresentado pelo seu custo histórico, líquido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear leva em consideração o tempo estimado de vida útil-econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". **2.2.7. Reconhecimento de receita:** Reconhecimento da receita. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cia. e controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. a) Venda de produtos: A receita de venda de máquinas, motores, equipamentos e peças é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. b) Prestação de serviços: A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços por horas trabalhadas e de entrega de peças, geralmente relacionada à prestação de serviços de reparos em equipamentos do cliente, é reconhecida através de medição com base nas horas incorridas até a data do balanço. As receitas provenientes dos contratos de prestações de serviços assistência técnica, treinamento e planejamento técnico, são reconhecidas através de medições de avanço, com base nas horas incorridas até a data do balanço. c) Receitas de aluguéis: As receitas com aluguéis de imóveis e equipamentos são reconhecidas no período em que as locações são prestadas, usando o método linear de reconhecimento de receita, conforme o período do contrato. **2.2.8. Tributação: IR e contribuição social correntes - lucro presumido (controladora):** O IR e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser resarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor no encerramento dos exercícios. A controladora é optante pelo regime tributário através do lucro presumido. O IR e a contribuição social foram calculados através de aplicação dos percentuais de presunção do lucro definidos pela legislação vigente em 32% e 32% respectivamente. Sobre estas bases são calculados o IR e contribuições sociais baseadas nas alíquotas vigentes de IR (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$60 por trimestre) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%). **IR e contribuição social corrente - valor real (controlada):** Os ativos e passivos tributários são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. A tributação sobre o lucro do exercício compreende o IR Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) IR - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000,00 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. **Imposto sobre receita:** As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	0,65% (controladora) e 1,65% (controlada)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	3,00% (controladora) e 7,6% (controlada)
ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)	2 a 5%
ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação)	4 a 22%

2.2.9. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e eventuais descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente, despesas com juros, tarifas e comissões bancárias. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa de juros efetiva. **2.2.10. Investimento:** Nas DFs. individuais, o investimento em controlada é avaliado por

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Caixa	2	2	19	85
Banco conta movimento	169	69	4.992	10.516
Aplicação financeira	21.687	5.354	201.236	17.5810
	21.858	5.425	206.247	186.411
As aplicações financeiras constituem investimentos, compostas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB pós-fixados), Fundos de Investimentos e ações (BDDC4 e PETR4). O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Cia. manter seus saldos com bancos e instituições financeiras consideradas de primeira linha.				
5. Contas a receber				

TRIMAK ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A

CNPJ nº 42.281.485/0001-89

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Relatório da Administração: Srs. Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Trimak Engenharia e Comércio S/A, submete à apreciação de V.Sas. o presente Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31/12/25. **1. Contexto e Atividades da Cia.:** A Cia. tem como objeto social o aluguel de máquinas e equipamentos para a construção, o aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, prestação de serviços de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos, bem como o comércio de materiais e peças de reposição, e de máquinas e equipamentos industriais, atuando, ainda, na prestação de serviços de engenharia, no fornecimento de mão de obra especializada, e no estabelecimento de depósitos fechados. Durante o exercício de 2025, a Cia. concentrou suas atividades na exploração de seu objeto social. **2. Situação Econômico-Financeira:** A Cia. fechou o exercício de 2025 com Patrimônio Líquido positivo, tendo apurado lucro no exercício devido principalmente aos ganhos obtidos no exercício de sua atividade empresarial. **3. Perspectivas:** Para o exercício de 2026, a Administração permanecerá dedicada ao fortalecimento das atividades da Cia. **4. Agradecimentos:** A Administração agradece a confiança de seus acionistas, renovando o compromisso com a gestão prudente e transparente dos negócios sociais. RJ, 23/03/26. A Administração. (Emily Azevedo Darwich)

Balanco Patrimonial		Nota	2025	2024
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	226.873	216.164	180.986
Contas a receber	5	184.389	25.315	25.315
Estoques	6	30.315	6.138	6.138
Despesas antecipadas		989	425	425
Adiantamentos a fornecedor		954	1.747	1.747
Tributos a recuperar		838	1.161	1.161
Depósitos judiciais		150	572	572
Não circulante		188.808	172.015	172.015
Imobilizado	7	188.808	172.015	172.015
Total do ativo		415.681	388.179	388.179
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	8	62.695	47.383	25.415
Empréstimos e financiamentos		38.010	1.007	1.270
Obrigações fiscais	9	16.211	11.332	11.332
Obrigações sociais e trabalhistas		5.362	5.203	5.203
Adiantamento de clientes		-	574	574
Outros		2.105	3.589	3.589
Não circulante		105.321	52.984	52.984
Fornecedores	8	6.418	2.562	2.562
Empréstimos e financiamentos		278	1.001	1.001
Dividendos a pagar	10	75.261	20.506	20.506
Juros de capital próprio a pagar	10	10.320	15.516	15.516
Provisão para contingências		13.044	13.399	13.399
Patrimônio líquido		247.665	287.812	287.812
Capital social	10	200.000	50.000	50.000
Reservas de lucros		47.665	237.812	237.812
Total do passivo e patrimônio líquido		415.681	388.179	388.179

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total	
	Capital Social	Reserva legal			
Saldos em 31/12/23	50.000	6.470	189.544	-	246.014
Reversão de dividendos a distribuir			5		5
Lucro líquido do exercício			54.810		54.810
Constituição de reserva legal	2.741		(2.741)		-
Dividendos mínimos obrigatórios			(13.017)		(13.017)
Constituição de reserva de lucros			39.052		(39.052)
Saldos em 31/12/24	50.000	9.211	228.601	-	287.812
Aumento de capital	150.000		(150.000)		-
Dividendos declarados sobre lucros retidos			(78.601)		(78.601)
Lucro líquido do exercício			50.595		50.595
Constituição de reserva legal	2.530		(2.530)		-
Dividendos mínimos obrigatórios			(12.016)		(12.016)
Dividendos adicionais			(125)		(125)
Constituição de reserva de lucros			35.924		(35.924)
Saldos em 31/12/25	200.000	11.741	35.924	-	247.665

Notas Explicativas: **1. Informações gerais:** A Cia., é uma sociedade anônima fechada, fundada em 8/11/1973, com sede na Av. Brasil, 7000, Ramos, RJ e possui filiais nos estados do ES, MG e SP. A Cia. tem como objeto a venda e locação de máquinas e equipamentos principalmente para os setores de infraestrutura e mineração, prestando também serviços de assistência técnica, treinamento e planejamento técnico. **2. Políticas contábeis materiais:** As DFs. foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do CPC aprovados pelo CFC. As DFs. foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvem na preparação das DFs. foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DFs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação pelas operações, ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, provisão para perdas de estoque, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas DFs. devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cia. revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As DFs. são apresentadas em Real, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores estão demonstrados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As DFs. foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas DFs. estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. A emissão das DFs. foi autorizada pela Diretoria da Cia. em 17/03/26. Todas as informações relevantes próprias das DFs., e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.1. Reclassificação de saldos comparativos do exercício findo em 31/12/24:** Com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" a Cia. procedeu à reclassificação de saldos do balanço patrimonial e da demonstração do resultado de 31/12/24, com o objetivo de adequada comparabilidade com as DFs. de 31/12/25. Abaixo o quadro descritivo dos valores reapresentados:

Balanco patrimonial:	31/12/24		31/12/24	
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reclassificação	Reclassificação
Ativo				
Circulante				
Estoques	11.066	(4.928)		6.138
Outros ativos circulantes	210.026	-		210.026
	221.092	(4.928)		216.164
Não circulante				
Imobilizado	167.087	4.928		172.015
Total do ativo	388.179	-	-	388.179
Passivo				
Total circulante	47.383	-	-	47.383
Total não circulante	52.984	-		52.984
Patrimônio líquido	287.812	-		287.812
Total do passivo e patrimônio líquido	388.179	-	-	388.179

Demonstração do resultado:	31/12/24		31/12/24	
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reclassificação	Reclassificação
Receita líquida de vendas e serviços	195.115	-		195.115
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(56.597)	(26.857)		(83.454)
Lucro bruto	138.518	(26.857)		111.661
Despesas gerais, administrativas e com vendas	(21.949)	-		(21.949)
Despesas com pessoal	(16.127)	-		(16.127)
Despesas de depreciação/amortização	(27.016)	26.857		(159)
Outras receitas e despesas operac. líquidas	(719)	-		(719)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	72.707	-	-	72.707
Resultado financeiro, líquido	12.081	-		12.081
Lucro antes do IR e da contribuição social	84.788	-	-	84.788
IR e contribuição social	(29.978)	-		(29.978)
Lucro líquido do exercício	54.810	-	-	54.810

2.2. Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros:** a) Classificação e mensuração: Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangente. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. b) Redução ao valor recuperável: O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, caso em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. c) Desreconhecimento (baixa): Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixa do principal quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem. • A Cia. transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e a) a Cia. transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou b) a Cia. não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Cia. com o ativo. **Passivos financeiros:** a) Classificação e mensuração: Os principais passivos financeiros da Trimak são contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, adiantamentos de clientes, dividendos a pagar, juros sobre capital próprio e outras contas a pagar. Estes foram classificados como "outros passivos financeiros", sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação. Estes passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base na taxa efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período em questão. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados pela vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) por um período menor de tempo, para o valor contábil líquido no reconhecimento inicial. b) Desreconhecimento (baixa): Um passivo financeiro é baixa quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos

Demonstração do resultado		Nota	2025	2024
Receita líquida de vendas e serviços				
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	12	(106.169)	(83.454)	(83.454)
Lucro bruto		97.459	111.661	111.661
Despesas gerais, administrativas e com vendas	13	(24.085)	(21.949)	(21.949)
Despesas com pessoal		(18.040)	(16.127)	(16.127)
Despesas de depreciação/amortização		(255)	(159)	(159)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	13	878	(719)	(719)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(41.502)	(38.954)	(38.954)
Resultado financeiro, líquido	14	55.957	72.707	72.707
Lucro antes do IR e da contribuição social		14.455	33.753	33.753
IR e contribuição social	15	(29.079)	(29.978)	(29.978)
Lucro líquido do exercício		50.595	54.810	54.810

Demonstração do resultado abrangente		2025	2024
Lucro líquido do exercício		50.595	54.810
Outros resultados abrangentes		-	-
Lucro líquido do exercício		50.595	54.810

Demonstração do fluxo de caixa		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do IR e da contribuição social		79.674	84.788
Depreciação e amortização		34.707	27.016
Baixa de imobilizado		2.159	5.068
Provisão para devedores e duvidosos		9.029	8.065
Provisão para contingências		(355)	(76)
Provisão para estoque de giro lento		2.695	-
Juros sobre empréstimos		286	270
Total		128.195	125.131

Variações nos ativos e passivos		2025	2024
Aumento das contas a receber		(14.209)	11.258
Diminuição dos estoques		(5.795)	(1.527)
Aumento/(diminuição) de tributos a recuperar		323	(681)
Diminuição de adiantamentos e outros ativos		651	425
Aumento/(diminuição) de fornecedores		12.551	(15.385)
Aumento/(diminuição) das obrigações trabalhistas		159	(189)
Aumento/(diminuição) das obrigações tributárias		(262)	48
Aumento de adiantamento e outros créditos		(2.058)	(593)
IR e CS pagos		(25.759)	(31.320)
Total		93.796	87.167

no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Contas a receber:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Cia. Quando necessário o saldo de contas a receber é corrigido pela provisão para crédito de liquidação duvidosa. **2.5. Estoques:** São demonstrados e valorizados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. **2.6. Imobilizado:** É apresentado pelo seu custo histórico, líquido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear leva em consideração o tempo estimado de vida útil-econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". **2.7. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cia. e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. a) Venda de produtos: A receita de venda de máquinas, motores, equipamentos e peças é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. b) Prestação de serviços: A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços por horas trabalhadas e de entrega de peças, geralmente relacionada à prestação de serviços de reparos em equipamentos do cliente, é reconhecida através de medição com base nas horas incorridas até a data do balanço. As receitas provenientes dos contratos de prestações de serviços por horas trabalhadas, geralmente relacionadas às prestações de serviços assistência técnica, treinamento e planejamento técnico, são reconhecidas através de medições de avanço, com base nas horas incorridas até a data do balanço. c) Receitas de aluguéis: As receitas com aluguéis de equipamentos são reconhecidas no período em que as locações são prestadas, usando o método linear de reconhecimento de receita, conforme o período do contrato. **2.8. Tributação: IR e contribuição social – correntes:** Os ativos e passivos tributários são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor na data do balanço. A tributação sobre o lucro do exercício compreende o IRPJ e a CSLL, compreendendo o imposto corrente, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), as alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) IR – calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000,00 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social – calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. **Imposto sobre receita:** As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
PIS	1,65%
COFINS	7,6%
ISS	2 a 5%
ICMS	4 a 22%

2.9. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e eventuais descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente, despesas com juros, tarifas e comissões bancárias. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa de juros efetiva. **2.10. Demonst. 7. Imobilizado:** A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada como segue:

	Móveis, utensílios e ferramentas de oficina		Instalações		Obras em andamento		Equipamentos de informática		Máquinas para aluguel		Veículos		Software		Total
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	
Custos em 31/12/2023															
Aquisição	890	51		370	1.112	503.565	4.191	193	510.372						
Baixa	29	19		-	92	32.306	1.559	-	34.005						
Custos em 31/12/2024	919	70		370	1.204	529.339	5.495	193	537.590						
Aquisição	158	227		358	47.945	4.971	-	53.659							
Baixa	-	-		-	(18.371)	-	-	(18.371)							
Transferência entre grupos	542	(172)		(370)	-	(975)	975	-	-						
Custos em 31/12/2025	1.619	125		1.112	1.562	557.938	11.441	193	572.878						
Depreciação acumulada em 31/12/2023	(650)	(36)		(682)	(336.370)	(2.359)	(181)	(340.278)							
Depreciação do exercício	(14)	(19)		(126)	(26.412)	(445)	-	(27.016)							
Baixa de depreciação	-	-		-	1.464	255	-	1.719							
Depreciação acumulada em 31/12/2024	(664)	(55)		(808)	(361.318)	(2.549)	(

TRIMAK ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A

CNPJ nº. 42.281.485/0001-89

12. Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos		14. Resultado financeiro, líquido		16. Partes relacionadas: A Cia. possui uma única transação com parte relacionada, que diz respeito ao Contrato de Locação de Imóveis de salas mantido com a LEMAJ Administração de Bens Próprios S.A. (controladora), cujos saldos são como se segue:		
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Custo com pessoal	(23.025)	(21.512)	Receitas financeiras	23.770	11.221	
Manutenção	(36.517)	(29.328)	Receitas operações financeiras	3	91	
Custo de mercadoria vendida	(7.970)	(1.802)	Descontos obtidos	694	134	
Aluguéis	(3.288)	(3.715)	Juros recebidos	-	998	
Depreciação	(34.452)	(26.857)	Outros	24.467	12.444	
Outros	(916)	(240)	Despesas financeiras			
13. Despesas	(106.168)	(83.454)	Despesas bancárias	(10)	(17)	
Serviço com terceiros	(3.929)	(3.605)	Desconto financeiro de duplicatas	(46)	(9)	
Despesa com importação	(33)	(98)	Perda operações financeiras	(408)	(43)	
Viagens, refeições e locomoções	(3.148)	(2.950)	Juros sobre empréstimos e financiamentos	(286)	(294)	
Aluguel, condomínio e taxas	(2.234)	(1.802)	Resultado financeiro, líquido	23.717	12.081	
Manutenções de bens	(3.239)	(2.321)	15. IR e contribuição social: O IR e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de IR e de contribuição social, como se segue:			
Provisão para dev. Duvidosos	(6.267)	(8.065)		31/12/25	31/12/24	
Telefonia, energia e água	(1.277)	(1.221)	Lucro antes do IRPJ e CSL	79.674	84.788	
Impostos e taxas	(141)	(418)	Alíquota nominal IRPJ (15%)	11.951	12.718	
Provisão para contingências	(355)	(77)	Alíquota nominal IRPJ adicional (10%)	7.967	8.479	
Outros	(3.077)	(924)	Alíquota nominal CSLL (9%)	7.171	7.631	
Alienação de imobilizado	493	(1.187)	Tributos às alíquotas nominais	27.089	28.828	
Despesas gerais, administrativas e com vendas	(23.207)	(22.668)	Outros ajustes			
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(24.085)	(21.949)	Incentivos Fiscais (PAT)	(396)	(251)	
	878	(719)	Outros	2.386	1.401	
	(23.207)	(22.668)	IRPJ e CSL corrente no resultado	(29.079)	(29.978)	
			Alíquota efetiva	36%	35%	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Cia. RJ. **Opinião:** Examinamos as DFs. da Cia., que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/25 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs. acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia., em 31/12/25, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs.". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas DFs.:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs. de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs. livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs., a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cia. a continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs., a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs.. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs.:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs., tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs.. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs., independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia.; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs. ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs., inclusive as divulgações e se as DFs. representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 17/03/26. MRU Auditores Independentes Ltda. - CRC RJ 009.336/O; Elias Xavier de França Junior - Contador CRC RJ 090.827/O.

RENATA MENEZES MONTEIRO DA SILVA
CRC/RJ-108724/O

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tel.: (21) 99122-4278

Tel.: (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

BRILHANTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 10.552.848/0001-87

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente
Veja as Notas 6 e 11 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) requer o exercício de estimativas e julgamentos significativos na determinação de mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfatória ao longo do tempo. A administração, no momento da adoção inicial do CPC 47, usou estimativas e julgamentos significativos para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificadas e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido nas premissas durante o reconhecimento inicial, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente; ii) a verificação se as premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato estão conforme as premissas consideradas na adoção do CPC 47; iii) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração e realização do ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.481/2025 e nº 3.348/2024, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2026
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6-F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Manhã

Tarde

Noite

32° 22°

55%

06:00 18:00

OUTONO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

Rio de Janeiro

LOCAL DE TORTURAS

MPF abre inquérito para que prédio do DOI-Codi vire centro de memória

Com a finalidade de garantir a preservação do direito à memória, à verdade e à reparação das violações do período da ditadura militar, o Ministério Público Federal (MPF) abriu inquérito civil para transformar o antigo Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), no Rio de Janeiro, em um centro de memória e direitos humanos.

No local, funciona até hoje o 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPE). A partir de 1970, o batalhão abrigou também o DOI-Codi, um centro de tortura e repressão na época do regime militar. O prédio fica na Rua Barão de Mesquita, 451, na Tijuca, bairro da zona norte da cidade.

Como medida inicial, o procurador regional dos Direitos do Cidadão adjunto Julio Araujo solicitou que o Ministério dos

Direitos Humanos e da Cidadania e a Polícia do Exército se manifestem sobre o tema no prazo de 30 dias.

A abertura do inquérito ocorre após representação do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) apontar o descumprimento de recomendações da Comissão Nacional da Verdade (CNV), especialmente a que prevê a transformação de estruturas de repressão da ditadura em espaços públicos de

Transporte

Prefeitura avança na modernização das linhas de ônibus

A Prefeitura do Rio lança, hoje, o edital de consulta pública da segunda etapa da nova licitação do sistema municipal de ônibus, o Sistema Rio. Nesta fase, serão contempladas as operações nas regiões de Bangu, Santa Cruz, Vila Isabel e Ilha do Governador. A consulta ficará aberta por 30 dias no site da Secretaria Municipal de Transportes, permitindo que a população envie sugestões e contribuições.

Inicialmente prevista para 2028, a licitação foi antecipada como parte de um acordo judicial firmado com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e os consórcios operadores, acelerando a implementação do novo modelo.

A previsão é que a operação dos ônibus desta segunda etapa comece em dezembro deste ano. Serão licitados quatro lotes que, juntos, somarão mais de mil novos ônibus do Sistema Rio — um aumento de 63% em relação à frota atualmente em operação nessas regiões.

Distribuição da frota por lote:

- A1 (Santa Cruz): de 109 para 187 veículos
 - C1-C2 (Bangu): de 259 para 380 veículos
 - H1-13 (Vila Isabel e Ilha do Governador): de 204 para 287 veículos
 - H2 (Ilha do Governador): de 58 para 173 veículos
- O Sistema Rio está sendo implantado de forma gradual. A primeira etapa teve início na Zona Oeste, em Campo Grande e Santa Cruz, com contratos de concessão assinados em março deste ano. Nessas regiões, a frota passará de 104 para 316 ônibus. A primeira entrega contará com 169 veículos, com início de operação previsto para agosto, e a segunda, com 147, está prevista para setembro.
- O novo modelo de licitação representa um avanço histórico na gestão do transporte público municipal, ao ampliar os mecanismos de controle e fiscalização por parte do poder público. Entre as principais inovações estão a remuneração por quilômetro rodado, com subsídio público, e a avaliação da qualidade do serviço por meio do Índice de Desempenho de Transporte (IDT), baseado em indicadores ope-

rationais. Os contratos terão duração de 10 anos, com exceção do lote A1, que terá vigência de sete anos.

A nova frota será 100% zero quilômetro e acessível, com piso baixo nos veículos básicos, rampas de acesso, ar-condicionado, sensores de temperatura, carregadores USB, GPS integrado ao Centro de Controle, botão de emergência para o motorista, painéis eletrônicos de informação ao passageiro e câmeras internas de segurança.

Os veículos também seguirão o padrão ambiental Euro VI, capaz de reduzir em até 80% a emissão de poluentes. Será permitido o uso de outras tecnologias que utilizam energia limpa como gás natural, biometano e elétrica. A operação passará a ser acompanhada por sistemas inteligentes de transporte (ITS), que permitem monitoramento em tempo real das viagens e maior controle sobre a qualidade da prestação do serviço. O pagamento em dinheiro a bordo será extinto, com adoção exclusiva do sistema eletrônico de bilhetagem. Cada contrato contará ainda com garagem pública própria.

PRÓXIMAS ETAPAS

As fases da licitação estão organizadas por regiões e priorizam áreas com pior desempenho operacional. O novo modelo divide a cidade em 34 lotes, ampliando a cobertura e aprimorando a gestão das linhas.

O cronograma prevê a implantação escalonada até 2028, abrangendo também regiões da Zona Norte, Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Zona Sul e outras áreas da cidade.

Melhorias nos ônibus da Zona Oeste.

O sistema de ônibus da Zona Oeste vem recebendo melhorias contínuas desde dezembro do ano passado, como parte do processo de requalificação do transporte público na cidade. Na ocasião, foram apresentados 100 novos veículos mais modernos, confortáveis e com a nova identidade visual do Sistema Rio, ampliando a operação em diversos bairros da região e elevando o padrão de qualidade do serviço prestado à população.

Documentos do antigo Dops são transferidos para arquivo público

ANNA KARINA DE CARVALHO/ABRASIL

Documentos históricos do antigo prédio do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), no centro do Rio de Janeiro, começaram a ser transferidos ontem para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj).

A medida atende a uma reco-

mendação do Ministério Público Federal e busca garantir a preservação de um acervo considerado fundamental para a memória da ditadura militar no país.

A recomendação foi expedida em dezembro de 2025, no âmbito de inquérito civil conduzido pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão, Julio Araujo, após a constatação de

condições precárias de armazenamento no imóvel histórico. Segundo o procurador, a situação encontrada nas primeiras vistorias era alarmante.

“Havia documentos armazenados em sacos de lixo, acumulados no chão, sem identificação adequada e sem condições mínimas de preservação”, afirmou. Para ele, a transferência do

material representa um passo essencial para garantir o acesso público e a integridade de registros históricos sensíveis.

“A preservação desse acervo é essencial para assegurar o direito à memória, à verdade e à informação. Esses documentos não pertencem apenas ao Estado, mas à sociedade brasileira”, destacou Araujo.

PREFEITURA

Rio recebe Cúpula Global da Parceria para Cidades Saudáveis 2026

O prefeito Eduardo Cavaliere deu as boas-vindas aos participantes da Cúpula da Parceria para Cidades Saudáveis 2026, na abertura oficial do evento, ontem, no Hotel Fairmont, em Copacabana. O evento, coordenado pela Bloomberg Philanthropies e pela Prefeitura do Rio, é uma assembleia internacional de autoridades e organizações para compartilhar avanços, desafios e estratégias comprovadas para melhorar a saúde em ambientes urbanos, com foco especial nos esforços da cidade anfitriã.

A Cúpula reúne cerca de 340 participantes de 70 cidades do mundo todo para discutir políticas e intervenções voltadas à prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) e lesões, responsáveis por mais de oito em cada 10 mortes no mundo, incluindo doenças cardíacas, diabetes, doenças respiratórias crônicas e câncer. Os participantes também terão a oportunidade de conhecer a cultura, a história e o sistema público de saúde do Rio por meio de visitas técnicas e intercâmbios locais.

Fundada em 2017, a Parceria para Cidades Saudáveis é uma re-

de global com mais de 70 cidades que trabalham de forma colaborativa em políticas públicas e intervenções de alto impacto capazes de salvar vidas. A iniciativa é apoiada pela Bloomberg Philanthropies, em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Vital Strategies.

“Bem-vindos ao Rio de Janeiro. É uma honra sediar esta cúpula como a minha primeira como prefeito. Não é por acaso que estamos aqui para falar sobre saúde. Está claro que a saúde é a base de uma cidade verdadeiramente resiliente, equitativa e sustentável para todos. O Rio construiu uma forte parceria com a Bloomberg Philanthropies. Por meio da Parceria para Cidades Saudáveis, nossa Secretaria Municipal de Saúde vem avançando em ações de controle do tabaco, resposta ao calor extremo e redução de danos”, afirmou o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Cavaliere.

As cidades seguintes estão na programação do evento: Nairóbi, no Quênia; Dublin, Irlanda; Baltimore, Estados Unidos; Manchester, Inglaterra; Córdoba, Argentina. A lista de representantes está sendo fechada, mas há confirma-

dos de cidades de países de todos os continentes, incluindo Bangladesh, Burkina Faso, Costa do Marfim, Cuba, Etiópia, Gana, Índia, Jordânia, Quênia, Nepal, Omã, Senegal, Serra Leoa, Uganda, Vietnã, Zimbábue.

O evento foca no desafio que é garantir a saúde e o bem-estar dos moradores de cidades urbanas. Condições evitáveis, como doenças cardíacas e pulmonares, continuam sendo as principais causas de morte globalmente. As cidades estão em posição estratégica para implementar políticas estruturais baseadas em evidências que reduzem a exposição a riscos à saúde e melhoram a qualidade de vida da população.

“Trabalhar em parceria com as comunidades está no centro de um impacto duradouro em saúde pública. As iniciativas de saúde pública do Rio de Janeiro — que vão do controle do tabaco e alimentação escolar saudável ao primeiro Protocolo de Calor do país — refletem o compromisso da cidade com soluções construídas junto às comunidades, tornando-a anfitriã ideal da Cúpula 2026”, disse Kelly Larson, responsável pelos programas de prevenção de

lesões da Bloomberg Philanthropies.

Rio de Janeiro: Ação em Saúde Liderada pela Cidade na Prática

- Durante a Cúpula, que termina no dia 2 de abril, representantes da Parceria para Cidades Saudáveis reconhecidos pelo impacto positivo na saúde de suas populações terão a oportunidade de conhecer iniciativas que vêm gerando resultados concretos no Rio de Janeiro, entre elas:
 - Programa de Controle do Tabaco: Serviços abrangentes e gratuitos de cessação do tabagismo oferecidos pela rede municipal de saúde, incluindo apoio psicossocial, aconselhamento em grupo e acesso a medicamentos;
 - Ambientes Escolares com Alimentação Saudável: Programa de alimentação escolar que promove padrões de saúde e nutrição nas escolas municipais. A partir de cardápios desenvolvidos pela Unidade de Nutrição Annes Dias (UNAD), a iniciativa incentiva o consumo de alimentos frescos, com porções adequadas por faixa etária, de acordo com as necessidades nutricionais diárias, e proíbe o consumo de ultraprocessados nas escolas municipais.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

ESTUPRO

Relator da CPMI do INSS pede afastamento de 4 parlamentares

GUSTAVO CÔRTEZ/AE

O deputado federal Alfredo Gaspar (PL-AL), relator da CPMI do INSS, pediu ontem a suspensão cautelar dos mandatos de quatro parlamentares que o acusaram de estupro ou reproduziram a denúncia nas redes sociais.

A medida contra os deputados Lindbergh Farias (PT-RJ), Rogério Correia (PT-MG) e Erika Kokay (PT-DF) foi apresentada à Corregedoria Parlamentar da Câmara. Já a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) será alvo de representação no Senado protocolada pelo PL.

O deputado também apresentou queixa-crime por calúnia contra Lindbergh e Soraya à Procuradoria-Geral da República (PGR) e ao Supremo Tribunal Federal (STF). Também solicitou apuração contra os parlamentares por denúncia caluniosa e coação no curso do processo.

Gaspar também enviou ofício ao diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, em que se colocou à disposição para elucidar fatos associados à acusação e realizar exames de DNA para comprovar sua inocência. O deputado pediu ainda celeridade nas apurações.

"Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos, inclusive (teste de) DNA, se assim entenderem cabível. E eu quero celeridade. Quero

que essa infâmia desmascare dois criminosos que estão a serviço do PT", disse.

Na semana passada, Gaspar já havia protocolado representação na Comissão de Ética contra Lindbergh e Soraya, autores da denúncia, por quebra de decoro parlamentar.

Na última sexta-feira, enquanto o deputado apresentava parecer final dos trabalhos da comissão, com pedidos de indiciamento de Fábio Luís da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, o deputado Lindbergh Farias o chamou de esturador.

Em resposta, Gaspar chamou Lindbergh de "corrupto" e "ladrão", o que deu início a uma confusão generalizada. Mais tarde naquele mesmo dia, Lindbergh e Soraya convocaram entrevista coletiva, em que informaram ter apreendido notícia-crime contra o relator da CPMI à Polícia Federal.

Os dois acusam Gaspar de ter esturpado, oito anos atrás, uma adolescente de 13 anos, que teria engravidado. A vítima hoje teria 21 anos e a criança, 8.

Gaspar nega e afirma que a acusação é uma represália promovida pelo PT contra ele, por conta de seu parecer em que pede o indiciamento de Lulinha.

UNIVERSIDADES

Lei acaba com lista tríplice para escolha de reitores

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) sancionou, na segunda-feira passada, a Lei 15.367/2026 que muda o processo de escolha de reitores das universidades. A lei foi publicada na edição do Diário Oficial da União de ontem.

A medida põe fim ao modelo da lista tríplice e estabelece que o presidente da República deverá nomear para reitoria da universidade o candidato mais votado na consulta realizada pela comunidade acadêmica.

Na cerimônia de sanção da lei, o ministro da Educação, Camilo Santana, classificou o momento como histórico aos reitores das universidades.

"É o fim da lista tríplice nas nossas universidades federais para que nunca mais um reitor seja eleito e não tome posse nesse país", comemorou o ministro Camilo Santana.

AUTONOMIA

Há anos, a mudança era reivindicada por entidades ligadas à educação e ao movimento estudantil. Entre elas, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra); e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe).

A União Nacional dos Estudantes (UNE) considerava inconstitucional a existência das referidas listas.

A nova legislação também revoga dispositivos da lei de 1968, que historicamente serviram de base para o sistema de lista tríplice nas universidades.

Antes havia uma consulta à comunidade universitária, que envolvia docentes, estudantes e servidores técnico-administrati-



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

vos, e as instituições encaminhavam ao governo federal uma lista tríplice com os candidatos a reitor.

A partir dessa lista, o presidente da República escolhia qualquer um dos nomes indicados, mesmo que não tenha sido o mais votado.

A Andifes contabiliza que, de 2019 a 2021, das 50 nomeações feitas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, 18 foram de reitores que não haviam vencido as consultas realizadas internamente nas instituições, situação que gerou tensões e protestos das comunidades acadêmicas.

Com o texto sancionado, esse procedimento muda, e a exigência da lista tríplice deixa de existir.

ELEIÇÃO

A eleição para a reitoria será direta com a inscrição de chapas para reitor e vice-reitor.

Poderão votar a comunidade acadêmica, composta de seus docentes e servidores técnico-administrativos, ocupantes de cargos efetivos e em exercício, bem como os estudantes com

matrícula ativa em cursos regulares.

O processo de eleição será regulado por colegiado constituído especificamente para esse fim.

Quem pode se candidatar

Para concorrer ao cargo máximo de uma universidade federal, não basta ser professor, sendo requisitos:

- vínculo efetivo: o docente deve ser de carreira e estar em exercício (não pode ser professor substituto ou visitante);
- titulação ou hierarquia o candidato deve cumprir pelo menos uma dessas condições;
- ter o título de doutor (independente do tempo de carreira);
- estar no topo da carreira: ser professor titular ou professor associado 4 (o último nível antes de titular);
- professores titulares-livres: também podem se candidatar aqueles que entraram na instituição já no cargo isolado de professor titular-livre e estejam em exercício.

PESO DOS VOTOS

Outra alteração na indicação de reitores determinada pela lei é o fim da regra que estabelecia peso de 70% para o voto docente na escolha das reitorias nas universidades federais.

O texto também permite que, conforme as normas de cada universidade, representantes de entidades da sociedade civil participem do processo de votação.

O processo de eleição e a definição do peso do voto de cada segmento da comunidade acadêmica, bem como, se for o caso, de representantes de entidades da sociedade civil, serão regulamentados por colegiado constituído especificamente para esse fim.

POSSE

Após eleição direta, os reitores e vice-reitores das universidades federais serão nomeados pelo presidente da República, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução para o mesmo cargo, em novo processo de votação.

ENSINO POPULAR

Governo investirá R\$ 290 mi para apoiar rede de cursinhos

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



FRANCISCO CARLOS DE ASSIS E GEOVANI BUCCI/AE

O ministro da Educação, Camilo Santana (PT-CE) (foto) participou ontem, de ato que amplia o edital de 2026 da Rede de Cursinhos Populares (CPOP). O ato se deu durante cerimônia em comemoração aos 21 anos do Proni e aos 14 anos da Lei de Cotas no Brasil, em São Paulo, diante de público de cerca de 15 mil pessoas, de acordo com os organizadores do evento.

Segundo Santana, com a ampliação do edital de 2026 da Rede de Cursinhos Populares, "a previsão é apoiar mais de 800 cursinhos em todo o país, com investimento total de R\$ 290 milhões. Inicialmente, a previsão era apoiar 514 cursinhos, com investimento de R\$ 108 milhões".

"O CPOP visa apoiar cursinhos populares no Brasil, de modo a garantir suporte técnico e financeiro para a preparação de estudantes socialmente desfavorecidos que buscam ingressar na educação superior, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), prioritariamente, alunos oriundos da rede pública, negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e com renda familiar por pessoa de até um salário mínimo", disse Santana.

Ainda, de acordo com o ministro da Educação, "os cursi-

nhos populares desempenham papel estratégico na ampliação do acesso à universidade, especialmente para estudantes de escolas públicas e para a população negra".

Durante o evento, o ministro também assinou a portaria que institui a Escola Nacional de Hip Hop, programa educacional voltado para as redes públicas de ensino.

"O MEC busca promover inovação pedagógica por meio da integração entre saberes acadêmicos e saberes populares expressos pela cultura hip-hop. O programa prevê ações voltadas para os currículos escolares, bem como a formação de professores, estudantes e gestores. Ao todo, o MEC investirá R\$ 50 milhões em 2026 e 2027 em ações do programa", disse o ministro.

Ainda, de acordo com Camilo Santana, a proposta também contribui para fortalecer a implementação da Lei nº 10.639/2003, que estabelece o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas, além de promover maior representatividade e valorização da cultura negra nos ambientes educacionais.

Na educação básica, o programa buscará contribuir para melhoria do desenvolvimento de habilidades em leitura, ciências e matemática, além de apoiar ações substitutivas ao uso de celulares nos intervalos das aulas.

'LADROINHA'

Senador reafirma que não cometeu irregularidades com emendas

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O senador Carlos Viana (Podemos-MG) afirmou, ontem, que não cometeu nenhuma irregularidade ao destinar dinheiro de emenda parlamentar à Fundação Oásis, ligada à Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte.

As suspeitas de possíveis irregularidades no envio de R\$ 3,6 milhões à fundação ganharam força depois que o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu esclarecimentos sobre o envio de emenda ao senador.

Na segunda-feira passada, após receber os esclarecimentos do senador e da assessoria do Senado sobre a falta de transparência e rastreabilidade dos repasses, Dino decidiu ampliar a apuração das suspeitas envolvendo Viana e a Fundação Oásis.

Na decisão desta segunda-feira, Dino determinou que a fundação, as prefeituras de Belo Horizonte e Capim Branco, supostamente beneficiadas pelas transferências, e o governo federal apresentem, em até dez dias, todos os documentos relativos aos repasses das emendas parlamentares.

Nesta terça-feira, em Brasília, Viana afirmou a jornalistas que, em seu mandato, já destinou dinheiro dos contribuintes para centenas de fundações assistenciais, santas casas, associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) e organizações religiosas, incluindo a Igreja Batista da Lagoinha, que tem entre seus principais representantes o pastor Fabiano Zettel, cunhado do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, e preso no início deste mês, durante a Operação Compliance, da Polícia Federal (PF).

"Enviei dinheiro para uma fundação que existe há quase 60 anos, que ajuda a milhares de pessoas em asilos, creches e recuperação de pessoas que saem das cadeias", informou Viana.

Ele garantiu que todos seus repasses foram realizados dentro da legalidade, via convênios com prefeituras.

"As prefeituras vão responder. A avaliação vai ser feita e eu tenho muita tranquilidade de dizer que nunca tive nenhuma ingerência sobre esse dinheiro. Isso não é papel do Parlamento", disse Viana.

Ainda de acordo com o senador, "todos os parlamentares que enviam emendas, as mandam para as prefeituras, que têm a responsabilidade de dizer de que maneira (o dinheiro público) será usado; se a documentação está lá e como funciona (o projeto). Se não, toda e qualquer emenda par-

lamentar, a partir de agora, vai ser um problema sério".

Para o parlamentar, o ministro Flávio Dino agiu corretamente ao pedir explicações às prefeituras e à fundação para instruir o processo instaurado após os deputados federais Rogério Correia (PT-MG) e Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ) citarem a ligação pessoal de Viana com a Lagoinha e acusá-lo de, na condição de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do INSS, tentar blindar o avanço das investigações do colegiado contra as entidades beneficiárias de suas emendas.

Instalada para apurar o desvio criminoso de bilhões de reais de aposentados e pensionistas segurados pelo Regime Geral da Previdência Social, a CPMI do INSS chegou ao fim no sábado passado, sem que seu relatório final fosse aprovado.

Nota

JHC ROMPE COM LIRA E MIGRA PARA O PSDB COM SENADORA E PRIMEIRA-DAMA

xO prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, conhecido como JHC, a senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) e a primeira-dama Marina Cândia se filiaram ao PSDB. O movimento consolida a ruptura de JHC com o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) e altera o cenário eleitoral alagoano para outubro de 2026. A adesão ao PSDB foi negociada diretamente com o presidente nacional do partido, Aécio Neves, e com Teutônio Villela Filho, liderança da legenda em Alagoas. JHC assumirá a presidência estadual do partido, cargo que era ocupado pelo ex-deputado federal Pedro Vilela. JHC era filiado ao PL. Interlocutores próximos ao prefeito relataram que a crise com o partido

começou quando Lira, após deixar a presidência da Câmara, articulou junto ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) um acordo pelo qual JHC seria pressionado a disputar o governo do estado, abrindo as duas vagas ao Senado para o campo de Lira. O próprio prefeito já ponderava a dificuldade da disputa ao Executivo estadual, dado que teria pela frente o senador Renan Filho (MDB), candidato com acesso à máquina pública. JHC tentou garantir uma das cadeiras ao Senado para aliados seus dentro da chapa do PL. Propôs os nomes da senadora Dra. Eudócia e da primeira-dama Marina Cândia, que têm presença na região metropolitana de Maceió. Ambas as propostas foram recusadas. "Se você quiser é isso, se não, não", resumiu uma das fontes ao descrever o tom das negociações.

BOLSONARO

Moraes pede parecer da PGR sobre vídeo de Eduardo ao pai

PEDRO PENTEADO/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem, que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se pronuncie sobre a declaração do ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) em que ele afirmou, durante evento nos Estados Unidos, que enviaria um vídeo ao pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A defesa de Eduardo também foi intimada a se manifestar.

Jair Bolsonaro cumpre prisão domiciliar temporária e está proibido de usar celular, computador, redes sociais ou qualquer outro meio de comunica-

ção com o exterior.

Na gravação que circulou nas redes sociais, Eduardo Bolsonaro disse: "Vocês sabem por que estou fazendo esse vídeo? Porque estou mostrando para o meu pai e vou provar para todos no Brasil que você não pode barrar prendendo injustamente o líder desse movimento, Jair Messias Bolsonaro."

A determinação desta terça foi inserida no processo em que Eduardo é réu por coação, acusado de pressionar o governo dos Estados Unidos a impor sanções a autoridades brasileiras. Moraes já havia intimado a defesa de Jair Bolsonaro sobre o episódio antes de acionar a PGR.

Em resposta ao primeiro despacho, os advogados do ex-presidente sustentaram não existir "qualquer dado objetivo" que comprove contato direto entre pai e filho por meios proibidos. Afirmaram ainda que só tomaram conhecimento da declaração de Eduardo por meio do próprio despacho de Moraes e que a fala do ex-deputado constituiu "manifestação verbal de terceiro", sem participação de Bolsonaro. Michelle Bolsonaro também negou ter recebido ou exibido o vídeo ao marido.

A defesa garantiu que o ex-presidente cumpre "de forma rigorosa, integral e permanente" todas as condições da domici-

liar, incluindo as vedações ao uso de aparelhos de comunicação, redes sociais e gravação de vídeos ou áudios.

Bolsonaro foi autorizado por Moraes a cumprir prisão domiciliar em razão de broncopneumonia. O magistrado apontou que, dada a idade do ex-presidente e seu histórico médico, o ambiente domiciliar era mais adequado para a recuperação.

A medida tem prazo de 90 dias, após o qual a situação será reavaliada, com possibilidade de nova perícia médica. Entre as condições fixadas estão o uso de tornozeleira eletrônica e a proibição de visitas de terceiros, para evitar risco de infecção.

SENADO

CPI do Crime Organizado convoca Ibaneis, Castro e Campos Neto

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado (CPI do Crime Organizado) do Senado aprovou, ontem, as convocações dos ex-governadores do Distrito Federal Ibaneis Rocha e do Rio de Janeiro Cláudio Castro. Também foi convocado o ex-presidente do Banco Central no governo Bolsonaro, Roberto Campos Neto.

Autor do requerimento de convocação de Ibaneis, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) disse que o depoimento do ex-governador do Distrito Federal é essencial para a CPI compreender as relações comerciais entre o escritório de advocacia Ibaneis e entidades investigadas pela Polícia Federal (PF), bem como os critérios que nortearam as decisões de governo relativas às negociações entre o Banco de Brasília (BRB) e o Banco Master.

Ao pedir a convocação do ex-governador, Alessandro Vieira destaca que, segundo informações preliminares, o escritório de advocacia fundado por Ibaneis manteve contratos milioná-

rios com entidades ligadas ao Grupo Reag Investimentos e ao Banco Master, alvos de investigações federais, além de ter recebido transferências financeiras atípicas do Grupo J&F.

Ainda segundo Vieira, à frente do Poder Executivo distrital Ibaneis teria "agido pessoalmente para aprovar" que o banco público do Distrito Federal adquirisse o Banco Master, de Daniel Vorcaro, que já tinha vendido ao BRB cerca de R\$ 12,2 bilhões em créditos questionados.

No caso de Cláudio Castro, Vieira afirma que o depoimento do ex-governador fluminense proporcionará à CPI um "panorama macroestratégico inestimável, permitindo investigar as falhas e os gargalos institucionais que dificultam o combate à lavagem de dinheiro e à asfixia financeira do crime organizado, bem como a capilaridade da infiltração de criminosos no aparato estatal".

Segundo Vieira, já há algum tempo o Rio de Janeiro tornou-se "o laboratório das mais sofisticadas dinâmicas do crime or-

ganizado no país".

"Mas nos últimos anos observou-se uma mutação alarmante nesse cenário: a outrora nítida divisão entre facções ligadas ao narcotráfico e grupos milicianos formados por agentes e ex-agentes de segurança pública deu lugar a uma simbiose criminosa, frequentemente denominada narcomilícia", disse.

"É neste ponto nevrálgico que a oitiva do senhor Cláudio Castro, na condição de ex-governador do estado, revela-se não apenas pertinente, mas absolutamente indispensável para o avanço dos trabalhos desta Comissão", sustenta Vieira, relator da CPI do Crime Organizado.

AUSÊNCIAS

Os integrantes da CPI decidiram convocar Castro e Ibaneis após os ex-governadores não atenderem aos convites da comissão. Mesmo motivo pelo qual o colegiado aprovou uma nova convocação para ouvir Roberto Campos Neto, que presidiu o Banco Central entre 2019 e janeiro de 2025.

A reconvocação também foi proposta por Vieira, depois que Campos Neto informou que não poderia comparecer à reunião da CPI desta terça-feira.

"A presente convocação (de Campos Neto) não lhe atribui a priori qualquer responsabilidade pelos fatos objeto desta investigação", destacou Vieira ao requerer que o ex-presidente do Banco Central seja convocado na condição de testemunha qualificada.

O relator da CPI disse que "os procedimentos, os instrumentos e as práticas institucionais do Banco Central podem contribuir de forma relevante para os trabalhos da comissão".

Além de outras convocações, como a do ex-diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central do Brasil Renato Dias de Brito Gomes, os senadores aprovaram pedidos de quebra de sigilo de pessoas físicas e jurídicas já anteriormente analisados, atendendo às novas exigências do Supremo Tribunal Federal (STF).

IMPUNIDADE

Justiça do PR concede domiciliar a bolsonarista assassina de petista

MARIA MAGNABOSCO/AE

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) concedeu prisão domiciliar ao ex-policia penal Jorge Guarano, condenado a 20 anos de prisão pelo assassinato de Marcelo Arruda, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT) durante sua festa de aniversário. A decisão foi publicada no dia 17 de março e, no dia seguinte, Guarano deixou o Complexo Médico Penal, em Curitiba e passou a cumprir a pena em sua residência em Foz do Iguaçu (PR).

De acordo com as investigações, Arruda foi baleado no dia 9 de julho de 2022 por Guarano, enquanto comemorava seus 50 anos com uma festa temática do presidente Lula e do PT.

O ex-policia, apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) invadiu a festa do tesoureiro e disparou contra ele. O petista chegou a ser socorrido e levado ao hospital, mas morreu na madrugada de 10 de julho de 2022, deixando a mulher e quatro filhos, um deles recém-nascido.

Após atirar em Arruda, que possuía porte de arma por

atuar como guarda municipal, Guarano também foi baleado e, depois de cair no chão, foi agredido por convidados da festa, o que deixou sua condição de saúde debilitada.

A Justiça sustentou que Guarano teve a prisão domiciliar autorizada devido às sequelas do ocorrido. Na decisão, o Tribunal acolheu a alegação da defesa de que o condenado possui "dor crônica, limitação aos movimentos e comprometimento para a realização das atividades de vida diária, apresentando dificuldade para se alimentar e engasgos frequentes".

"Também foi relatado que, devido à ausência de cadeira adaptada, a pessoa sentada se banha sentada sobre um balde. Ademais, são relatados vários episódios de quedas decorrentes de fraqueza e tonturas", diz o ofício.

Na decisão, o TJPR afirma que "a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar não implica impunidade ou absolvição, mas visa garantir o respeito aos direitos fundamentais do paciente, sem prejuízo do regular andamento do processo".

STF

Fachin marca para maio julgamento sobre uso de dados do Coaf

PEDRO PENTEADO/AE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, incluiu na pauta de 14 de maio o julgamento de um recurso que vai definir se o Ministério Público pode pedir relatórios financeiros ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sem autorização judicial e sem abrir antes uma investigação formal. A decisão do plenário valerá para todos os processos que discutam o tema no País.

Como publicado pelo Estadão, na última sexta-feira, o relator, ministro Alexandre de Moraes, ampliou liminar anterior e fixou requisitos para que o Coaf forneça os chamados Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs). A decisão determina que os relatórios só poderão ser solicitados no contexto de investigação criminal formalmente instaurada, pela Polícia ou pelo Ministério Público, ou de processo voltado a punir infrações administrativas, como os destinados a apurar lavagem de dinheiro ou ocultação patrimonial.

As requisições também deverão identificar expressamente o investigado e indicar de forma concreta por que o acesso ao relatório é necessário.

O RIF não pode ser a primeira ou única medida adotada na investigação. Caso contrário, a prática é caracterizada como "pesca probatória", a busca indiscriminada por provas sem indício concreto de crime, e as provas obtidas se tornam ilícitas. Os critérios valem também para pedidos feitos por juízes e por comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

A decisão foi motivada, em parte, por informações trazidas aos autos pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), que relatou uma "epidemia" de uso indevido de RIFs por agentes estatais no âmbito da Operação Bazaar, investigação sobre corrupção policial ligada a esquemas de lavagem de dinheiro em São Paulo.

Segundo o IDDD, os rela-

tórios teriam sido usados para identificar alvos e, em alguns casos, para pressão e extorsão.

Para Moraes, a ausência de regras claras tem permitido que instrumentos de inteligência financeira sejam usados de forma indiscriminada.

"A indefinição temporária da tese constitucional exige atuação cautelosa reforçada desta Corte, justamente para evitar que a exceção investigativa se converta em prática rotineira", afirmou o ministro na decisão.

MINISTROS

A decisão de Moraes foi tomada em meio a um período de exposição pública de ministros do STF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em relatórios do próprio Coaf. Nos últimos meses, documentos enviados às CPIs do INSS e do Crime Organizado revelaram relações financeiras de integrantes das cortes e seus familiares.

Entre as informações divulgadas estão pagamentos da J&F e do Banco Master a uma empresa de consultoria que repassou R\$ 281,6 mil ao filho do ministro Nunes Marques; uma transação de R\$ 25,9 milhões da J&F a uma holding que adquiriu cotas do ministro Dias Toffoli em um resort no Paraná; e alertas do Coaf sobre o escritório de advocacia da mulher do ministro do STJ Marco Buzzi, apontado como reincidente em movimentações atípicas.

O Coaf, vinculado ao Ministério da Fazenda, pode atuar de duas formas: enviando informações espontaneamente a órgãos de investigação, como a Polícia Federal e o Ministério Público, ou produzindo levantamentos específicos sobre alvos definidos por quem faz a solicitação, como as CPIs.

Nesses relatórios costumam constar não apenas as movimentações do investigado, mas também as de pessoas e empresas que se relacionam com ele, como fornecedores, sócios ou familiares.

MORAES PRESSIONADO

Encerramento do inquérito das fake news está em pauta, diz Fachin

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, disse ontem que a tramitação do chamado inquérito das fake news é um assunto que o preocupa.

O inquérito foi aberto pela Corte em 2019, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, e ainda continua em andamento.

Durante conversa com jornalistas, Fachin disse que a questão

agora é discutir se chegou o momento de pensar no encerramento do inquérito.

"Eu já conversei com o relator, ministro Alexandre de Moraes, tenho iniciado conversa com os demais ministros. Portanto, é um assunto que está na pauta", completou.

O presidente do STF lembrou que votou pela validação do inquérito, que, segundo ele, cumpriu uma função importante para defender a democracia e comba-

ter os ataques contra o Supremo.

"Esse é um assunto que me preocupa. É preciso lembrar que eu fui o relator da ADPF que discutiu a constitucionalidade do inquérito. O voto que eu apresentei concluiu pela constitucionalidade", afirmou.

A abertura do inquérito foi feita em março de 2019. Na época, o então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, defendeu a medida como forma de combater a veiculação de notícias que atingiam a

honorabilidade e a segurança do STF, de seus membros e parentes. O ministro também nomeou Alexandre de Moraes como relator do caso.

No mês passado, a tramitação do inquérito foi defendida pelo ministro Gilmar Mendes, decano da Corte. O ministro afirmou que apoiou a abertura do inquérito e disse que a medida foi necessária diante dos ataques ocorridos contra o tribunal durante o governo Bolsonaro.

Cristiano Zanin negou o pedido. O ministro entendeu que não cabe prisão temporária para caso de obstrução de investigação.

Em relatório enviado ao STF no mês passado, a PF indiciou Márcio Toledo Pinto por crimes como violação de sigilo funcional e corrupção passiva e concluiu que ele modificou e vazou informações de decisões de ministros do STJ a pedido de um lobista em troca de pagamentos. Ele já havia sido alvo de buscas na primeira fase da Sismas, deflagrada em novembro de 2024.

chegou a ser demitido pelo próprio tribunal.

A PF identificou que ele estava realizando ações para obstruir as investigações, por isso deflagrou essa nova ação. Os investigadores identificaram que Márcio Toledo estava perseguindo e filmando um dos delegados da PF responsável pelo

caso. Ele se justificou a interlocores dizendo que o investigador estava usando um dos seus veículos apreendidos na operação e, por isso, teria realizado essas ações para denunciá-lo.

Os investigadores chegaram a solicitar a prisão temporária dele, mas o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)

AGUIRRE TALENTO/AE

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem, uma nova fase da investigação que apura venda de decisões de assessores do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e cumpriu busca e apreensão na casa de ao menos um deles, Márcio José Toledo Pinto, que já



VEÍCULOS

Ilhabela, no litoral norte de SP, começa a cobrar taxa de turistas



LEONARDO SIQUEIRA/AE

A prefeitura de Ilhabela, no litoral norte de São Paulo, começou ontem a cobrar a Taxa de Preservação Ambiental (TPA) para turistas. Testes operacionais foram realizados desde o dia 20 de março, e, no último dia 24, houve uma capacitação técnica com profissionais envolvidos diretamente na operação.

O QUE MUDA?

A partir de agora, todos os veículos que entrem na cidade deverão pagar um valor fixo, dependendo do tipo de automóvel.

- Motocicletas: R\$ 10
- Veículos de passeio, utilitários e kombis: R\$ 48
- Vans: R\$ 70
- Caminhões: R\$ 70
- Micro-ônibus: R\$ 100
- Ônibus: R\$ 140

"A TPA tem como objetivo apoiar ações permanentes de conservação, manutenção e preservação do patrimônio natural de Ilhabela", informou a prefeitura de Ilhabela. A cobrança existe desde 2007, mas foi suspensa em 2020, durante a pandemia e agora foi retomada por sugestão do prefeito.

A medida contribui como uma compensação ambiental. Sua arrecadação deverá ser investida no financiamento de políticas públicas voltadas à sustentabilidade e na mitigação

dos impactos decorrentes do aumento sazonal da população.

"O valor vai ser investido em transbordo de lixo, em varrição, vai ser investido em destinação final do lixo e em obras de drenagem. Tudo isso relacionado ao meio ambiente. Também em ações educativas ambientais", afirmou o prefeito Toninho Colucci (PL).

Para fiscalizar os veículos, um sistema eletrônico deverá fazer o controle de entrada. "A gente, lógico, tem uma fiscalização sobre a empresa que vai apresentar os números, vai apresentar o valor que será arrecadado e esse recurso vem para o orçamento do município", diz Toninho.

Dessa forma, os visitantes do arquipélago podem realizar o pagamento por sistemas automáticos de identificação veicular, as "tags eletrônicas", via Pix ou boleto bancário, disponível para emissão pela internet.

Ainda segundo a prefeitura, estão isentos da cobrança os veículos registrados em Ilhabela e em São Sebastião, com reconhecimento automático, sem necessidade de cadastro prévio, além de veículos oficiais de órgãos públicos.

Para acompanhar os investimentos da TPA, a prestação de contas será realizada trimestralmente, com o envio de relatórios detalhados à Câmara Municipal.

GRUPO UNIP/OBJETIVO

Polícia Civil deflagra operação contra fraudes em inventário

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), da Polícia Civil de São Paulo, e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público, deflagraram ontem uma operação contra uma organização criminosa envolvida em um esquema milionário de fraudes no inventário do fundador do grupo Unip/Objetivo, João Carlos Di Genio.

Segundo as investigações que culminaram na Operação Objetivo, o grupo usava falsificação de documentos, simulação de procedimentos arbitrais e outras manobras para

dar aparência de legalidade a cobranças milionárias indevidas. A ideia era induzir as vítimas e a Justiça ao erro.

Foram cumpridos mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão, além de medidas de sequestro e bloqueio de bens e ativos financeiros contra os envolvidos. As investigações apontaram ainda, que o grupo já tinha histórico criminal.

As investigações continuam para identificar todos os envolvidos e aprofundar a apuração sobre a extensão do esquema.

O objetivo é o de interromper a atividade, preservar provas e garantir a reparação dos prejuízos causados.

ORIENTE MÉDIO

Presidente iraniano exige garantias para encerrar guerra

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian (foto), afirmou ontem, que o país não busca prolongar o conflito e está disposto a encerrá-lo, desde que haja garantias contra novas agressões. A declaração foi feita em conversa telefônica com o presidente do Conselho Europeu, António Costa.

Segundo o dirigente, o país foi alvo de ataques durante negociações com os Estados Unidos, o que, segundo ele, evidencia que Washington "não acredita na diplomacia".

Em comunicado enviado via Telegram, Pezeshkian disse que Teerã participou das tratativas "de forma sincera e construtiva", mas foi atacado duas vezes durante o processo. Para o iraniano, a ofensiva demonstra que os EUA buscam impor seus interesses pela força.

O presidente também criticou duramente a União Europeia (UE), classificando como "lamentável" o silêncio do bloco diante das ações de EUA e Israel. Segundo ele, a postura europeia

contradiz os princípios de defesa dos direitos humanos e do direito internacional que a UE afirma sustentar.

Pezeshkian reiterou que o Irã tem direito à legítima defesa e acusou países vizinhos de permitirem o uso de bases americanas para ataques, sem cumprir suas responsabilidades internacionais. Ele acrescentou que o Estreito de Ormuz está fechado a embarcações de países considerados agressores e alertou que "qualquer intervenção, sob qualquer pretexto, terá consequências perigosas".

António Costa declarou que a Europa não apoia a agressão contra o Irã e defendeu a resolução do conflito por meio de negociações, ressaltando a preocupação com os impactos globais da guerra.

Na tarde desta terça, pela primeira vez desde o início da guer-

ra, os militares americanos começaram a sobrevoar o território iraniano com bombardeiros B-52.

SEMANA DECISIVA?

Mais cedo, em coletiva de imprensa, o secretário de Defesa dos Estados Unidos, Pete Hegseth, afirmou que os próximos dias serão decisivos para a guerra no Oriente Médio e que o Irã fará um acordo "se for sábio".

Hegseth também destacou que o presidente dos EUA, Donald Trump, está disposto a fazer um acordo e que o Irã já conhece os termos da proposta.

"Se o Irã não estiver disposto, então o Departamento de Guerra continuará com ainda mais intensidade", disse o secretário, ao utilizar o nome oficial da pasta.

Segundo ele, nas últimas 24 horas, o Irã disparou o menor

número de mísseis e drones desde o início da guerra, em 28 de fevereiro.

O chefe do Pentágono afirmou que o encerramento da guerra "será uma decisão exclusiva" de Trump, quando os "objetivos forem concluídos". "Temos nossos próprios objetivos e diretrizes. Temos metas militares para as quais estamos caminhando e aspectos que analisamos", disse.

ESTREITO DE ORMUZ

Minutos antes da entrevista coletiva, Trump afirmou que os países que dependem do petróleo que passa pelo Estreito de Ormuz devem agir para garantir o abastecimento.

"Criem coragem, vão até o estreito e simplesmente TOMEM. Vocês terão que aprender a lutar por si mesmos, os EUA não estarão mais lá para ajudá-los, assim como vocês não estiveram lá para nos ajudar. O Irã foi, essencialmente, dizimado. A parte difícil já passou. Vão buscar seu próprio petróleo", escreveu o presidente na Truth Social.

Irã ataca Siemens, AT&T e centros de telecomunicação, em retaliação a Israel

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O exército do Irã alvejou a Siemens, a AT&T e centros de telecomunicações próximos ao Aeroporto Ben Gurion e a Haifa, em Israel, informou a mídia iraniana Press TV. De acordo com as informações, as instalações eram utilizadas pelas forças armadas israelenses para inteligência artificial (IA), produção de armamentos e redes avançadas.

Uma instalação da Telecom também teria sido atingida na região, aponta uma publicação no X da Al Jazeera.

As ofensivas contra as empresas europeias e americana aconteceram depois da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC) alertar que as companhias dos EUA e afiliadas no se-

tor de tecnologia e finanças passariam a ser "alvos legítimos" no Golfo a partir de hoje.

A sinalização veio depois de o ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, emitir um alerta contra os bombardeios "descarados" de Israel a empresas farmacêuticas, considerados parte da infraestrutura iraniana que os EUA e Israel vêm atacando desde o início da guerra.

"Suas intenções são claras. O erro deles é não estarem lidando com civis palestinos indefesos. Nossas poderosas Forças Armadas punirão severamente os agressores", escreveu no X.

ALOJAMENTO

A Guarda Revolucionária do Irã afirmou ontem, ter realizado ataques contra duas instalações

ligadas aos Estados Unidos no Oriente Médio, em meio à escalada do conflito na região que chegou ao 32º dia. As informações foram divulgadas pela agência estatal Fars.

Segundo a corporação, um dos alvos foi uma estrutura descrita como centro de comando localizado nas proximidades da base aérea de Al Minhad, nos Emirados Árabes Unidos. De acordo com o comunicado divulgado pela imprensa iraniana, o local teria sido identificado previamente por serviços de inteligência iranianos e abrigaria militares norte-americanos no momento do ataque.

"Um centro secreto de comando foi identificado e destruído", informou a Guarda, acrescentando que havia "cerca

de 200 oficiais e comandantes" no local antes do impacto.

A segunda ofensiva teria atingido um alojamento utilizado por tropas dos EUA no Bahrein. Ainda conforme a Guarda Revolucionária, a ação foi conduzida com precisão, com o objetivo de limitar danos colaterais. "O ataque foi realizado de forma a reduzir impactos fora do alvo", afirmou.

As declarações não foram confirmadas por autoridades americanas até o momento. No comunicado, a força iraniana sustentou que as operações indicariam maior vulnerabilidade das posições militares dos Estados Unidos na região, afirmando que "as bases dos EUA se tornaram inseguras para seus comandantes" diante do atual cenário de tensão.

Irã ameaça empresas tech e de finanças dos EUA no Golfo e cita alvos para '1º de abril'

PEDRO LIMA E ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

A Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC, na sigla em inglês) afirmou que empresas norte-americanas e afiliadas no setor de tecnologia e finanças passarão a ser "alvos legítimos" na região do Golfo a partir de 1º de abril, elevando a tensão com os Estados Unidos e aliados.

Em comunicado, o órgão listou como potenciais alvos Cisco, HP, Intel, Oracle, Microsoft, Apple, Google, Meta, IBM, Dell, Palantir, Nvidia, JPMorgan, Tesla,

GE, Spire Solution, G42 e Boeing.

Segundo o texto, essas companhias estariam envolvidas em "operações terroristas" por meio de atividades de tecnologia da informação, inteligência artificial (IA) e rastreamento de alvos por meio de espionagem. A Guarda não apresentou provas das acusações.

A IRGC declarou que "as principais instituições envolvidas em operações terroristas serão consideradas alvos legítimos" e advertiu autoridades dos EUA e empresas ligadas a supos-

tas atividades de espionagem.

O comunicado lembra que Washington e Israel conduziram uma série de ataques recentes que resultaram na morte de cidadãos iranianos.

O texto afirma ainda que funcionários dessas empresas devem "se afastar imediatamente de seus locais de trabalho" e recomenda que moradores em um raio de um quilômetro das instalações deixem as áreas por segurança.

A guarda iraniana citou que, a partir das 20 horas da quarta-feira, 1º de abril, no horário de

Teerã, 13h30 no horário de Brasília, as companhias listadas devem "esperar a destruição de suas respectivas unidades em resposta a cada atentado no Irã".

A declaração ocorre em meio à escalada das tensões no Oriente Médio, com aumento de ameaças cruzadas entre Irã, Estados Unidos e Israel, enquanto o presidente dos EUA, Donald Trump, dá sinais de que pretende encerrar a guerra e aponta para negociações firmes com o país persa, apesar de negativas frequentes do lado iraniano.

Nota

SUSPEITO DE OPERAR FALSO ESTACIONAMENTO É PRESO EM SÃO PAULO

A Polícia Civil de São Paulo anunciou ontem que prendeu um homem suspeito de participar de um esquema em que um falso estacionamento era usado para roubar carros no bairro do Butantã, Zona Oeste de São Paulo. A detenção aconteceu durante a noite de segunda-feira passada. Após a divulgação de que o investigado era um dos envolvidos no crime, o suspeito se apresentou voluntariamente na 34ª Delegacia de Polícia da capital. O homem foi acusado de furto qualificado e associação criminosa. Para chegar aos criminosos, a polícia rastreou as transações financeiras realizadas via Pix no local do golpe. Os valores eram encaminhados para a conta de uma parente do acusado que, de acordo com a polícia, não tem ligação com os crimes. O prazo inicial de detenção é cinco dias, podendo ser estendido por igual período, conforme previsto na legislação.

PATRICIA LARA/AE

A China e o Paquistão concordaram em divulgar uma proposta de cinco pontos com o objetivo de restaurar a paz no Oriente Médio após um mês de guerra.

A proposta prevê cessação imediata das hostilidades, início das negociações de paz e mais

breve possível, garantia da segurança de alvos não militares, garantia da segurança da navegação pelo Estreito de Ormuz e canais subjacentes e respeito à primazia da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), segundo documento publicado pelo ministério de Relações Exteriores paquistanês.

O ministério das Relações Ex-

teriores da China, Wang Yi, recebeu ontem, seu homólogo paquistanês, Ishaq Dar, e ambos concordaram com os cinco pontos.

A mídia estatal chinesa e o Ministério das Relações Exteriores do Paquistão anunciaram o acordo.

Ambos os países apelaram a todas as partes para que sigam

as propostas, mas não mencionaram quaisquer outras medidas concretas.

Dar viajou a Pequim, visto que o Paquistão tem atuado como mediador entre o Irã e os Estados Unidos. O país do sul da Ásia está utilizando suas relações relativamente boas com Washington e Teerã para tentar ajudar a pôr fim à guerra.